

EM TEMPO!

Semanário Nacional • Ano II • N.º 85 • 11 a 17 de outubro de 1979 • Cr\$ 20,00

Mobilização nacional contra a política salarial do governo

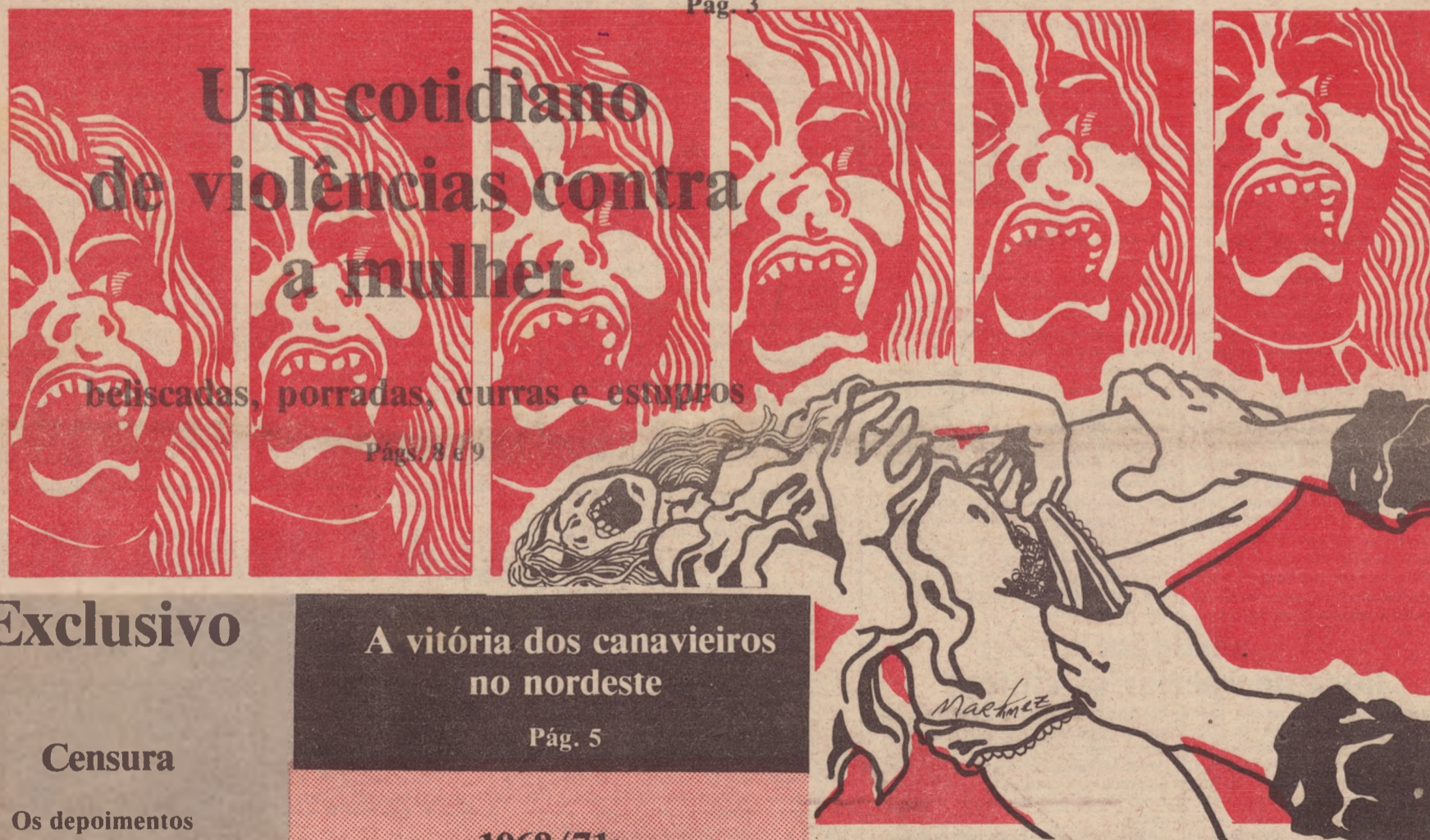
Trabalhadores respondem à farsa dos reajustes

Milhares de trabalhadores sairão às ruas em protesto contra o projeto dos reajustes semestrais do governo. Manifestações já estão anunciadas: dia 12 em São Bernardo no Paço Municipal, dia 19 no centro de São Paulo na Praça da Sé.

Em outros pontos do país articula-se novas manifestações.

E dia 24 uma caravana para Brasília para pressionar a votação do projeto que será dia 26.

Pág. 3



Um cotidiano
de violências contra
a mulher

beliscadas, porradas, curras e estupros

Págs. 8 e 9

Exclusivo

Censura

Os depoimentos
de Rogério Nunes,
Flávio Cavalcanti
e outros
na CPI da censura

Págs. 11 e 12

A vitória dos canavieiros no nordeste

Pág. 5

1968/71:

A trajetória do POC

Contribuição à história
da esquerda brasileira

Pág. 13

CHILE:

A experiência do poder popular

Entrevista exclusiva com Nelson Gutierrez, dirigente do MIR e a experiência dos cordões industriais.

Pág. 14 e Pág. 16

FIGUEIREDO QUER PARTIDO QUE DIGA O QUE O POVO QUER



jair ferreira discute o pt

Jair Ferreira Sá, o "Dorival", líder histórico da Ação Popular (AP), que voltou recentemente à legalidade após 15 anos de completa clandestinidade, abordou de modo enfático a questão do PT (Partido dos Trabalhadores) numa entrevista concedida ao jornal *Companheiro*, edição de 10 a 23 deste mês.

Depois de classificar o PCB (Partido Comunista Brasileiro) de "reformista", de criticar o PC do B pelo seu "populismo revolucionário", mas deixando claro que o considera uma "organização revolucionária", e de fazer distinção entre o que chama de "Partido Revolucionário da Classe Operária" e o atual "movimento pró-Partido dos Trabalhadores", Jair discorreu mais longamente sobre o PT: "O surgimento do movimento pró-PT nos lembra uma verdade óbvia mas esquecida: os trabalhadores consideram que ainda não têm seu partido e por isso mesmo estão querendo construí-lo. Mesmo o Partido dos Trabalhadores não sendo o embrião do Partido Estratégico Revolucionário da Classe Operária, nem sua base principal de constituição, traz, sem dúvida alguma uma contribuição muito impor-

tante, destacada e decisiva, à construção desse partido". O líder histórico da AP vai mais longe: "A formulação clássica de construção do Partido Revolucionário da Classe Operária uma organização clandestina que cresce e absorve setores avançados da classe — tem que sofrer desenvolvimentos criadores em relação à sua construção em nosso país."

Referindo-se à origem do movimento Jair disse que a "forte dose corporativista que marcou o PT, embora ainda esteja presente hoje, está sendo superada, o que só virá a fortalecer esse movimento". Numa definição mais geral, ele explicou: "Acho que a proposta de um partido político de Interesse dos trabalhadores, hoje, tem como rumo básico buscar expressar uma frente política das massas oprimidas e exploradas que alcança também a pequena-burguesia democrática, e que no combate ao regime militar, construa uma alternativa de governo que melhor garanta seus interesses. Segundo Jair, "O movimento pró-PT representa hoje um veio fundamental para a construção desse partido."

partidão: é hora de apertar os cintos?

O Partido Comunista, ao que tudo indica, joga alto e, em dois veios principais. De um lado, em unidade com os pelegos "modernizáveis", pasmem-se, do tipo Joaquim Andrade dos metalúrgicos de São Paulo, busca construir sua hegemonia no movimento operário reivindicativo. Contrariamente aos sindicalistas autênticos, da corrente do Lula, querem uma intersindical já. Sob seu controle, é claro. Nesta linha o que vale é a ação, as declarações bombásticas, pelo contrário são inconvenientes.

De outro lado, cumpre mostrar-se "compreensivo" diante das dificuldades que o regime enfrenta para a "transição democrática". Mas não somente compreensivo. Disposto mesmo a ajudar. Este o sentido inequívoco das posições de José Salles, mem-

bro do Comitê Central à imprensa na semana passada: "não queremos derrubar nenhum", falou categórico, dando a entender que o partido apoiaria uma Constituinte com Figueiredo. Desde que legalizado o PC, é claro.

Assim tudo corre pelos trilhos já sabidos. O que espanta é a rapidez e desenvoltura com que o partidão está se adaptando à nova situação. Neste contexto, refresca-se a lembrança daqueles tempos de queda do Estado Novo quando, o PC saído à luz da legalidade e se impondo como o grande interlocutor das massas frente à burguesia — só que por um curto período — através de seu grande líder, Prestes, conclamava as massas a "é hora de apertar os cintos".

(Flávio Andrade)

tancredo com figueiredo, mas de olho nos restos do mdb

Ex-ministro da Justiça de Getúlio Vargas, primeiro-ministro no governo parlamentarista de João Goulart, e atual senador e articulador, com o beneplácito do Planalto, do chamado Partido Independente, o emedebista moderado Tancredo Neves, lançou-se nos últimos dias numa jogada secreta, que causaria espanto se não fosse praticada por quem já faz parte do folclore político nacional e já serviu, durante os seus 40 anos de vida pública (já está na casa dos 70 de idade), a todos os donos do poder. A jogada secreta, revelada por Hélio Fernandes em sua coluna "Em primeira mão", na *Tribuna da Imprensa* do último dia 8, foi nada mais nada menos a realização de um encontro a portas fechadas com o

general João Figueiredo, agenciado — não por Maluf — pelo brigadeiro Dello Jardim de Mattos.

Esse encontro, segundo Hélio Fernandes, foi que permitiu o sinal verde para o lançamento do PI, ou "Partido da Corrupção", que contará com a presença do insuspeito (no caso, só a certeza) Chagas Freitas. E dá o fio para que se entenda melhor o significado das articulações do velho Neves na reta final da coma emedebista, provocada pelo veneno mortal da reforma partidária do próprio Figueiredo. Tancredo Neves apressou-se em distinguir publicamente o "seu MDB" do "MDB de Miguel Arraes", logo no ato do tardio ingresso do ex-governador de Pernam-

buco no partido em extinção, buscando imediatamente uma composição com o "não-alinhado" Franco Montoro, tudo isso para garantir uma fatia palpável do espólio emedebista, por meio do chapão que será eleito na última convenção da agremiação, a ser realizada no próximo mês.

Essa fatia palpável do espólio, com o apoio do regime, é que será usada por Tancredo Neves como cacife para jogar na constituição do seu PI. Por estranho que pareça, há ainda quem interprete esse futuro partido como de "centro", quicá com funções "estabilizadoras". A velha raposa mineira deve estar rindo como uma hiena.

(Carlos Tibúrcio)

o ptb chegou a são paulo?

O ex-governador gaúcho Leonel Brizola ainda não teve coragem de visitar São Paulo desde que voltou ao exílio. Isso porque a absoluta falta de apoio por parte de figuras expressivas ao seu PTB poderia lhe colocar numa situação desgastante.

Mas Brizola está tranquilo. Acontece que ele já arrumou seus anfitriões paulistas; o deputado federal e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André, Benedito Marcílio, e o deputado autêntico João Cunha. Cunha é famoso pelas denúncias de corrupção que fez na Câmara e por sua rapidez. No ano passado, perguntado a respeito da Frente Nacional de Redemocratização, afirmou enfaticamente que nela não entrava. Três dias depois estava na Frente. Recentemente ele, através de discursos, disse que Brizola e

o PTB "fazem o jogo do sr. Golbery do Couto e Silva". Mudando novamente com rapidez, João Cunha dizia na semana passada que o PTB poderá ser "o grande instrumento partidário do povo brasileiro".

Já Benedito Marcílio, que no ano passado participou do lançamento da proposta do PT, no Congresso dos Metalúrgicos de Lins, e praticamente mais nada fez além disso, foi mais longe. Conseguiu garantir que a primeira visita de Brizola a São Paulo seja marcada com uma recepção na sede do Sindicato que preside. Conseguiu encontrar até um ponto comum com Brizola. Segundo ele, a necessidade "não de uma social-democracia, mas de uma democracia social".

Apesar de se declarar ainda comprometido com a proposta de um Partido

dos Trabalhadores, Marcílio não explicou como unir a idéia do PT, um partido sem patrões, com o PTB. Afinal é o próprio Brizola quem define o PTB como uma composição que "abrangerá desde as massas marginalizadas do campo e das cidades até os trabalhadores sindicalizados, as classes médias e o pequeno e médio empresariado". Mais que isso, compôr com Brizola, que nesta última semana fez uma rápida viagem ao México a convite do PRI (Partido Revolucionário Independente — que outra coisa não é senão o partido de "democracia relativa" mexicana), não parece em nada próximo do PT, um partido que deverá se colocar frontalmente na luta contra a ditadura brasileira. E contra as outras também.

(Sergio All)

deops inocenta lutfalla

As vezes fica complicado saber quem é o mocinho e o bandido de cena econômica brasileira. Há algum tempo atrás era o BNDE que acusava os principais acionistas da Tecelagem Lutfalla, dentre os quais destaca-se a primeira dama do Estado de S. Paulo Dna. Sylvia Maluf, de malversações de empréstimos públicos e sonegação fiscal. Para quem não lembra, a Lutfalla foi acusada de sumir com cerca de 600 milhões de cruzeiros emprestados pelos cofres públicos para regularizar a situação da empresa. Após examinar o caso, o Deops (por meio de sua Delegacia Especializada em Crimes Contra a

Fazenda) inocentou os proprietários da Lutfalla e acusa o BNDE de ser o principal responsável pelas inúmeras irregularidades constatadas no "Caso Lutfalla". Segundo o relatório do Deops, que foi manchete da *Folha da Tarde* (!), o BNDE teria condicionado a concessão dos empréstimos públicos à participação de funcionários seus na diretoria da Lutfalla. E como as malversações foram cometidas durante a gestão da nova diretoria, compostas também pelos representantes do BNDE, este torna-se o principal responsável pela falcatura.

O relatório do Deops esmera-se em inocentar os fundadores da Lutfalla que, durante os seus esforços para aumentar as exportações brasileiras de produtos têxteis, teriam sido colhidos pela crise do petróleo que os obrigou a pedir o fatídico empréstimo do BNDE e a aceitar os funcionários responsáveis pelas irregularidades. Coincidentemente o diretor do Deops é subordinado ao Secretário de Segurança, que é subordinado ao Governador do Estado que é esposo de Dna. Sylvia Maluf. Desse jeito não podia dar outra.

(Guido Mantega)

quanto vale o mdb?

Há tempos atrás o líder do MDB na Câmara, deputado Freitas Nobre, sussurrava em algumas conversas informais com a oposição de esquerda: "não se precipitem, temos que ficar com o MDB pois poremos os moderados para fora, e com esta máquina herdada teremos um grande trunfo nas mãos".

Hoje, às vésperas do fim do MDB não se tem falado do espólio material do partido. Material sim, pois é o que importa. Como partido eleitoreiro que foi, cada um leva seus votos e o que fica mesmo é o aparelho.

Na semana passada a revista *Isto É* fez uma estimativa do espólio do MDB e não concluiu muita coisa. É verdade que os dados não são completos — a pesquisa não foi nacional e muita informação, presume-se, foi escondida.

Mas o que apurou, em termos de alguns prédios herdados por sua vez do antigo PTB ou do PSD, não vai muito além da faixa dos 5 milhões de cruzeiros em valor patrimonial.

Ou seja, aparentemente, entre outros cálculos, o líder não tinha razão neste também.

(Flávio Andrade)

**ELA É BRASILEIRA.
ESTÁ PRESA NOS CÁRCERES
URUGUAIOS DESDE 1972.**

**O GOVERNO
BRASILEIRO E
CADA UM
DE NOS
É RESPONSÁVEL.**

**LIBERDADE
PARA
FLÁVIA**

C.B.A.



Este anúncio será publicado por este jornal até o dia da libertação de Flávia

A resposta ao arrocho da ditadura

Está aberta a campanha de mobilização nacional contra o projeto de reajustes salariais do governo. Até dia 26 quando se dará a votação no Congresso, vários atos de protesto em todo o país.

Os "descalabros" do feiticeiro Delfim

Incorrigível, Delfim Netto volta agora a atribuir a alta da inflação aos trabalhadores e já começa a fazer suas "mágicas milagrosas" retirando do cálculo dos índices os preços que mais incomodam.

Por Guido Mântega

Nestes últimos 20 meses mais de 1.500 trabalhadores foram presos; nestes últimos cinco meses, 8 sindicatos sofreram intervenção; nestes 5 meses, 5 trabalhadores perderam a vida embaixo das patas da repressão. Existe no país uma tentativa de abertura para a elite e a burguesia, porque para os trabalhadores está reservada a porrada e as cacetadas da polícia militar". Esta, dizia Lula, no último domingo na Bahia, a nova política operária da ditadura.

Na semana anterior, com seu habitual sorriso cínico, o ministro do Trabalho Murilo Macedo, em depoimento na comissão mista do Congresso que examina o projeto de política salarial do governo argumentava: "Não podemos continuar assistindo ao trabalhador esvaindo-se em lutas desumanas". Mas logo adiante ele se traía, revelando seu humanismo de salão, ao confessar que a harmonia entre o capital e o trabalho, nos países subdesenvolvidos "é, até certo ponto uma incógnita".

Dois dias depois, uma assembleia do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo dava início à série de mobilizações que os trabalhadores pretendem realizar a nível nacional pressionando o Congresso a rechaçar o projeto governo e a votar no substitutivo preparado em conjunto com o MDB.

Lula desafiava Macedo: "Durante 15 anos o governo roubou, os banqueiros roubavam e agora o ministro do Trabalho vem com cara cínica dizer que está preocupado com os trabalhadores".

A campanha, que se pretende massiva e em escala nacional, contará com vários atos de protesto que começam nesta sexta-feira, dia 12 do Paço Municipal de São Bernardo. Dia 19 haverá uma grande manifestação na praça da Sé em São Paulo, e a partir do dia 24 começarão a chegar caravanas em Brasília que, em vigília permanente desde o Sindicato dos Jornalistas prepararão a ida às galerias do Congresso pressionar diretamente a votação que se dará no dia 26. Ou seja, os sindicalistas estão pretendendo organizar uma campanha semelhante aquela que se desenvolveu no caso da anistia.

Em prosseguimento das articulações da campanha, dirigentes sindicais voltaram a se reunir no último sábado em São Paulo e na terça em Belo Horizonte. Para a capital mineira, lá presentes 30 sindicatos de 8 estados da federação, resolveram marcar para o dia 20 próximo o ato público da campanha em Minas.

E o mesmo se sucede em outros pontos do país. A luta contra o projeto do governo está no cerne mesmo dos problemas que o movimento sindical vem vivendo nestes novos tempos.

Além disto, todos são unâni- mes em ver que a alta do custo de vida, agora explodindo como nunca, vem dar uma urgência dramática à definição de uma estratégia e coordenação mais global às lutas da classe.

Pois diante da ofensiva da ditadura e dos patrões, tentando ao mesmo tempo desmobilizar e reprimir, somente uma política clara de frente única dos trabalhadores poderá romper o cerco.

Nestes poucos meses à frente da pasta do planejamento o Prof. Delfim Netto tem-se destacado mais do que propriamente pela atuação econômica. Pelo menos é o que indica o agravamento de praticamente todos os problemas que ele deveria amenizar, a começar pela inflação (na casa dos 70% anuais) passando pelo déficit comercial (em torno dos 2,5 bilhões de dólares) e de conta corrente (em cerca de 9 bilhões

de dólares) e desembocando na dívida externa, estimada, para o ano, em mais de 53 bilhões de dólares.

Semanas atrás ele denunciava o grande culpado da inflação e da dívida externa: o déficit das empresas públicas, que teriam gasto mais do que faturaram, cobrindo a diferença com empréstimos externos. Só que o didático ministro esqueceu de explicar porque essas empresas se endividaram, e no bolso de quem foi parar o dinheiro de seu déficit. Na verdade,

não é segredo para ninguém que as subsidiárias da Siderbrás, Petrobrás e outras empresas ditas públicas fornecem matérias primas baratas para as empresas privadas, que dessa forma têm menos custos e, portanto, maiores lucros. Além disso, o déficit público brasileiro é devido também à ampla generosidade estatal, que não tem medido esforços (principalmente nestes últimos 15 anos) em distribuir subsídios, isenções fiscais, créditos com juros abaixo da inflação e outros privilégios, aos capitais que atuam no país.

Logo o déficit público, isto é o déficit de toda a população, assim como a dívida externa (também compartilhada por toda a Nação), devem ser procurados nos bolsos dos prósperos empresários ou nas suas contas cifradas dos bancos suíços.

$$2 + 2 = 5$$

- A última descoberta do prof. Delfim é a de que os reajustes salariais seriam os principais responsáveis pela violenta inflação que vem tomando conta da economia brasileira. Segundo o ministro, reajustes salariais de ordem de 70% esariam causando uma inflação anual de cerca de 65%.

Porém, o prof. Delfim Netto cometeu alguns erros de matemática e de interpretação, a começar pela avaliação dos reajustes salariais que apenas excepcionalmente superaram a marca dos 60%, sendo que a maioria dos assalariados não teve mais do que 50%. Em segundo lugar, para que o

reajuste fosse o principal responsável da inflação, seria preciso que ele constituísse o maior componente dos custos das mercadorias. Acontece que os salários representam apenas 20% (em média) dos custos gerais das empresas, o que significa que um reajuste salarial (superestimado) de 70% se refletiria num acréscimo de 14% (70% sobre 20%) nos custos gerais.

Na verdade, o ministro está camuflando a responsabilidade dos empresários, que continuam elevando os preços bem acima dos aumentos dos custos, sustentando na marra a sua lucratividade diante dos problemas da economia brasileira. E, nessa brincadeira, quem continua pagando o pato são os assalariados que, apesar da mobilização conseguida neste ano, têm suas conquistas salariais mensalmente corroídas pelos crescentes índices inflacionários.

Imaginemos, por exemplo, um trabalhador que tivesse auferido, no 1º de maio deste ano um reajuste salarial de 70%. Inicialmente, esse aumento recompôs a deterioração do poder aquisitivo do ano passado (em torno de uns 44%) e ainda sobrou um acréscimo de poder aquisitivo de uns 25%, que foi devidamente corroído pela inflação de maio a setembro, também em torno de uns 25%. Logo, daqui para a frente, o trabalhador vai comer menos do que em maio deste ano, e até o fim do ano as coisas prometem piorar, especialmente se o governo continuar afirmando que os culpados da inflação são os trabalhadores e aplicar a política salarial adequada a essa tese.



Metalúrgicos do ABC voltam às mobilizações

Um aborto de escala móvel

Semelhante à anistia restrita, o projeto de reajustes oficial é um verdadeiro aborto da escala móvel de salários. A qual, posta nos seus devidos termos é a resposta dos trabalhadores à ofensiva patronal.

Por Andreas Maia

O projeto governamental que altera a legislação salarial tem um claro objetivo de desmobilização dos sindicatos combativos e os movimentos de oposição sindical, o que já vem sendo fartamente comentado na imprensa. O que interessa no entanto é que a ditadura, da mesma forma a burguesia, passaram para a ofensiva, após um período em que a defensiva foi a principal característica perante as greves e reivindicações operárias. A ditadura procura combinar uma dura repressão policial-militar às greves com um sistema de negociações aparentemente com o fim de desmobilizar os movimentos de massas. Do ponto de vista dos interesses do capital e da burguesia, é necessário passar à ofensiva sobre o movimento operário, aumentar a taxa de exploração da classe trabalhadora como pré-condição para uma nova arrancada da máquina capitalista de acumulação e exploração. Como a correlação de forças criada pela conjuntura política de "aberturas" da ditadura dificulta um esmagamento generalizado do movimento operário e popular e como a burguesia encontra-se perante uma classe trabalhadora que se mobiliza e começa a confiar em suas próprias forças, trata-se a todo custo de impor pequenas derrotas e enfraquecer as mobilizações reivindicatórias desmoralizando-as. Resumindo, estes são os motivos, a grosso modo, a política operária da burguesia, que, de resto, para ter sucesso na situação política atual precisará ainda do dispositivo de colaboração de classes do reformismo.

Uma opção se impõe para o sindicalismo operário combativo e que procura encontrar uma autonomia de classe.

Só a defensiva não basta. Se é verdade que nos encontramos perante um movimento operário que, após quinze anos de ditadura, procura por meio de lutas e combates parciais recuperar o poder de compra dos salários e obter um alargamento do espaço político, é verdade também que este ciclo começa a entrar num impasse. Uma "reciclagem" dos objetivos táticos a alcançar deve ser discutida, inclusive como passo prévio a uma discussão global da estratégia do movimento operário, o que em certa medida já vem sendo feito em torno da pro-

posta do Partido dos Trabalhadores e do seu caráter anti-capitalista. É neste sentido que citamos a campanha dos metalúrgicos de São Paulo e o repúdio dos sindicalistas à nova lei de salários como acontecimentos que podem permitir uma clarificação dos trabalhadores de vanguarda, nas fábricas, bairros e sindicatos capaz de permitir o emprego de reivindicações e métodos de luta à altura da ofensiva patronal.

Tem-se falado muito ultimamente da "escala móvel" de salários, e também das horas de trabalho, particularmente em torno da elaboração de um programa classista para o PT. Em certa medida a nova lei de reajuste dos salários é um aborto de "escala móvel" tal qual a anistia restrita. O substitutivo apresentado pelos sindicalistas ao projeto de lei governamental é essencialmente positivo. Um rechaço à política do arrocho salarial de ponta a ponta, rebatendo todos os pontos do projeto da ditadura. No entanto como estratégia global para o movimento operário, como diretriz para o avanço das lutas dos trabalhadores, o substitutivo é insuficiente. Assim, ao lado do apoio irrestrito à campanha dos sindicalistas devemos contudo, desde já, levantar algumas questões.

Quando os metalúrgicos da Grande S. Paulo entram em campanha por 83% de reajuste salarial (a contragosto das direções sindicais atreladas) procuram recuperar o salário corroído pela inflação. No entanto, o aumento generalizado de preços e a carestia de vida há muito que entraram numa espiral sem controle, o que aproxima a inflação brasileira da chamada inflação galopante. Nestas condições só se pode lutar efetivamente contra a exploração capitalista por meio de uma "escala móvel" que assegure ao salário, a condição, necessária capaz de seguir o movimento dos preços. Os contratos de trabalho devem assegurar o aumento automático dos salários em função da elevação dos preços dos artigos de consumo, por ex. a cada aumento de 5% do custo de vida os salários serão reajustados automaticamente. A campanha dos metalúrgicos paulistas pode permitir a introdução generalizada deste tema, na medida em que todas

as iniciativas de luta passam às mãos da oposição sindical, das comissões de salário nas fábricas e das organizações inter-fábricas.

O que é escala móvel

Paralelamente ao tema da escala móvel de salários, a nova lei proposta pelo governo teve que levantar o tema acerca dos índices de aumento do custo de vida e de produtividade. A burguesia se armou de um trufo importante pois sabe que as estatísticas são falsas. Deliberadamente os patrões falsificam os balanços das empresas, as declarações fiscais, falsificam portanto a realidade econômica. Estas falsificações não são gratuitas. Objetivam metas precisas. Quer seja com o fim de fugirem do controle fiscal, quer seja com o objetivo de rechaçar aumentos de salários, os patrões foram muito bem escorados por um sistema político de repressão e de restrição das liberdades democráticas. Dessa forma, toda vez que se abre um debate com os patrões e o governo sobre aumentos de salários, sobre apreciação da produtividade ou sobre as consequências econômicas de uma reivindicação sindical, os trabalhadores devem contestar: não aceitamos discutir com os olhos vendados, abram os livros de contas das empresas e os cálculos do governo.

A abolição do segredo comercial e a abertura dos livros de contabilidade das empresas será fundamental aqui por diante para se aferir a produtividade de um setor. A democracia tem que chegar às fábricas e locais de trabalho. E o controle operário sobre a produção ou a empresa certamente virá a ser um passo decisivo no aprofundamento das liberdades democráticas do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora. O valor desta reivindicação, enquanto reivindicação transitória entre as lutas econômicas e democráticas e a luta anti-capitalista geral, será cada vez maior.

Os sindicalistas autênticos já abriram a porta para que se venha a apresentar publicamente esta questão. No momento, a pouca clareza de um lado e as limitações do MDB de outro, impediram que se avançasse mais.

PT fará primeira reunião nacional

Carlos Tibúrcio

opinião

Manoel da Conceição

Um partido comprometido com os interesses populares

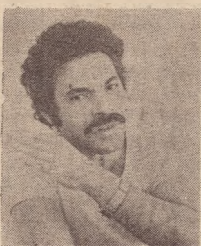
A reformulação partidária atual se coloca dentro de um quadro político bastante limitado. Ao mesmo tempo em que se fala de democracia e há massa na rua fazendo greve etc, há os limites que o regime impôs. Há uma anistia ainda restrita; não há liberdade sindical — as intervenções estão aí patentes. E há também o estado de emergência pronto para entrar em ação a qualquer momento. O que há portanto é um espaço bastante limitado para nós, mas o bastante para a burguesia tentar moldar uma espécie de democracia controlada, de fachada.

Mas nós devemos atuar dentro deste espaço, do ponto de vista popular, do ponto de vista dos trabalhadores, por mínimo que ele seja. E aí eu vejo a importância das forças realmente democráticas — e não apenas de fachada — comprometidas com as grandes massas populares em especial com os trabalhadores, buscarem uma forma de partido que deverá ser popular por buscar uma forma de democracia profunda. Um partido para ocupar o espaço que se abre tanto a nível das massas como do parlamento. Pois ocupar este espaço é importantíssimo, uma vez que Figueiredo continua aí como um diador qualquer que o antecedeu, simplesmente com mudanças de fachada.

A composição social deste partido é importante. Patrão é patrão e eles têm lá seus partidos. Assim não há razões para a presença de patrões num partido que se pretende da grande massa do povo, em especial dos trabalhadores.

No entanto isto não implica — e aqui é que está a questão — que se algum patrão resolve abandonar sua atitude de patrão e explorador, e apóia a luta dos trabalhadores como ela é, então não há nenhum impedimento a que ele ingresse no partido. Desde que ele rompa na teoria e na prática com este tipo de exploração que está aí. Pois aí, ele deixar de ser patrão.

Manoel da Conceição, líder camponês no Maranhão, exilado recém-chegado ao Brasil. (Mais Mané na pág. 10)



Agora, é deslanchar e abrir as portas do PT". A expressão de entusiasmo saiu logo após o término da reunião da Comissão de Organização do Movimento Pró-Partido dos Trabalhadores, encarregada de preparar a primeira reunião nacional da articulação, que será realizada neste sábado, dia 13, "em algum lugar de São Bernardo do Campo que não seja um sindicato".

Paulo Skromov, presidente do Sindicato dos Couros de São Paulo, que falou à imprensa em nome da Comissão, fez questão de frisar que a reunião não será realizada num sindicato para dar ênfase ao fato de que o movimento pró-PT não é apenas de sindicalistas, mas de todos os trabalhadores brasileiros. O local, ainda a ser definido, poderá ser o Anfiteatro Cacilda Becker, em São Bernardo do Campo.

Além de Paulo Skromov, compõem a comissão o Lula (que não participou da reunião, realizada na manhã do último dia 10 em São Caetano do Sul, porque se encontrava reunido, em seu sindicato, com Márcio Moreira Alves, Chico de Oliveira, José Alvaro Moisés e Paulo Singer, aparentemente tratando da elaboração de um curso sobre sindicalismo, economia e política para os metalúrgicos de São Bernardo e Diadema); Jacob Bittar, dos petroleiros de Campinas; José Ibrahim, ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco; José Cicoti, dos metalúrgicos de Santo André; João Lins, dos metalúrgicos de São Caetano; e outros que também

não compareceram, como Olívio Dutra, presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, ainda afastado do cargo por decisão do Ministério do Trabalho.

O objetivo da primeira reunião nacional do Movimento Pró-PT já está bem definido: preparar uma ampla reunião nacional com todos os militantes do movimento, a fim de estruturar de uma vez a nucleação do partido. A composição da reunião do dia 13, portanto, não será ampla: participarão exclusivamente os representantes dos núcleos até então constituídos e alguns convidados que foram listados pela Comissão de Organização. A imprensa não terá acesso aos debates, estando marcada para as 18 hs de sábado, após o encontro, uma coletiva.

Skromov deixou claro que, a partir do próximo sábado, começará um processo intensivo de nucleação do movimento, em todos os Estados, procedendo-se a inscrição legal dos militantes e desencadeando-se um a campanha de recolhimento de assinaturas em prol do PT. "Isso, diz Paulo, independentemente da reforma partidária do regime: nós não abrimos mão da luta pela legalização do partido e temos certeza que esse processo não passará por critérios cupulistas, articulados por cima".

Referindo-se à matéria publicada pelo "Jornal da República" de quarta-feira, que diz que o PCB está contra Lula e o PT, os articuladores do

movimento pró-PT comentaram que "é absurda a confusão que está sendo feita entre a CUT e o PT". "Somos contra — disseram eles — a articulação de uma Central Única dos Trabalhadores a partir da atual estrutura sindical. Somos a favor de uma CUT que surja livremente, construída com absoluta participação dos trabalhadores e plenamente representativa". Abordando a relação PT-CUT, disseram: "O PT vem como uma alavanca para abrir esse caminho. A CUT nascerá da unidade real dos trabalhadores e não de unidade forjada nas cúpulas. Nós defendemos a unidade na ação, na luta".

E os parlamentares que já apóiam o PT? Paulo responde de modo evasivo: "Fechado, tem o Edson Khair (deputado federal MDB-RJ), os outros estão discutindo, manifestando simpatia, há seguramente uma aproximação, mas não tenho uma lista de nomes a revelar".

De todo modo, arremata Ibrahim, "o processo de cobrança de definições já começou: primeiro no último dia 30, no Rio, e, agora, na Bahia, em Feira de Santana, com a presença do Lula".

Os debates — ou a cobrança — foram tão impopulares na Bahia que o PT já será lançado em Salvador, provavelmente no dia 20, novamente com a presença do Lula. Para preparar o lançamento, o Núcleo Pró-PT do Estado está convocando todos os interessados para uma reunião no próximo dia 12, sexta-feira, às 20 hs, na sede do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social).

Governo achincha os partidos

A reforma partidária que está saindo estes dias do forno da ditadura é um verdadeiro achincha do pluripartidarismo. Mas, paradoxalmente, tudo indica que ela estimulará o desenvolvimento de propostas mal quistas pelos emedebistas, como é o caso do Partido dos Trabalhadores.

Por Flávio Andrade

Como foi noticiado, as linhas gerais do golpe estão armadas: 1) Extinção da Arena e do MDB (como? ainda não se disse); 2) Como previsto na reforma constitucional do ano passado haverá a distinção entre organização e funcionamento de partidos; 3) As coligações partidárias serão novamente permitidas nas eleições majoritárias; 4) As sublegendas serão mantidas apenas a nível de eleições municipais; 5) Será obrigatória a denominação partido para as agremiações; 6) Tudo isto, visando assegurar ao governo seu partidão.

Os «Pré-partidos»

O lance cômico foi o dos chamados "pré-partidos", ou partidos em organização, mas não em funcionamento. Ulisses Guimarães, presidente do MDB, com sua habitual ironia, respondeu: nada mais natural; numa pré-democracia há que haver pré-partidos.

Trata-se da possibilidade de registro, mediante aprovação de critérios qualitativos já previstos na reforma constitucional, de associações políticas — ainda não partidos — que poderão concorrer às eleições, independentemente de terem de antemão os 10% de parlamentares como subscritos de seu ato de fundação. Caso elas obtenham pelo menos 5% da votação nacional, distribuída em pelo menos 9 estados da federação com um mínimo de 3% em cada um deles, estas associações poderão gozar da atividade parlamentar; ou seja, poderão ser partidos em funcionamento, na nomenclatura do regime. Caso contrário, haverá a punição: os votos da agremiação candidata ao posto de partido serão considerados nulos e os parlamentares individualmente eleitos serão "cassados" automaticamente.

Mas se o ato do regime é execrável, o do MDB não é nada elogiável. Até agora o partido não apresentou um substitutivo que pudesse encarnar esta luta pela ampla e total liberdade partidária. De um lado, a oposição se consome com as dificuldades para articulação do chapão para a convenção nacional do partido. De outro, ainda não tomou posição oficial diante da reformulação partidária, positivamente; ou seja não formulou uma alternativa. E os projetos até agora apresentados por deputados individualmente — há alguns — estão longe de se demarcarem claramente com o projeto governista.

O MDB não mostrou alternativa

Cabe então à oposição mais consequente, alto e bom som, desafiar o regime e, porque não, o próprio MDB, levantando de modo o mais inequívoco e intransigente a bandeira da plena liberdade de organização.

No entanto, o regime conseguindo impor seu projeto, ironicamente, algumas válvulas se abrem para as posições mais consequentes.

No caso do Partido dos Trabalhadores, por exemplo, os repugnantes pré-partidos abrem uma porta até agora explorada hipoteticamente por poucos. Diante da dificuldade em obter-se 10% de senadores e deputados federais para a proposta o que, de fato, vinha torpedeando-a, pré-partido pode ser um caminho. O PT se registraria imediatamente como partido em organização; coincidentemente o que ele é de fato: um Movimento pelo PT.

No entanto, uma vez vencidas estas barreiras, o PT se defrontará com a perspectiva de 2 anos pela frente — até 82 — dentro da fase de organização.

Será o período para a propaganda, atuação e enraizamento do partido nas massas, através de um trabalho predominantemente extra-parlamentar, que é, aliás, sua vocação e opção natural. Predominantemente, porque a reforma ainda não esclareceu se um partido em organização, antes de passar pelo primeiro teste eleitoral poderá já contar com a presença de alguns parlamentares eleitos em pleitos anteriores — falando em nome do partido ou individualmente ou se estes terão que se alojar no interior de alguma legenda que de antemão conte com os 10% mínimos exigidos para o funcionamento imediato de partidos.

Mas seguindo esta trajetória, o PT deverá então, para se viabilizar, obter em 1982, nas primeiras eleições gerais, uma votação nacional de 5%; ou seja cerca de 2 milhões de votos. Além daquela de 3% no mínimo em pelo menos 9 estados da federação.

O destino do PT

Assim, para desgosto do MDB, a reforma do regime, se confirmadas estas primeiras pistas, viabilizará o PT legitimando institucionalmente sua missão organizadora, extra-parlamentar, da classe trabalhadora. E mais, a ameaça de perda de mandato para os parlamentares cujo partido não obtenha o mínimo da votação referida, não deixa de ter um subproduto, afastando do PT todos aqueles falsamente priorizadores da oposição extra-parlamentar que, temerosos deste destino ingrato, bandearam para legendas mais seguras.

Assim, estes caminhos tortuosos e algo paradoxais da reforma do regime não deixam de ser irônicos e indigestos para a frente das oposições" do MDB.

Assine EM TEMPO

Um jornal de esquerda ao lado dos trabalhadores

Nome Profissão

Endereço Bairro

Cidade Estado CEP

Estou enviando o cheque nº do Banco

No valor de Cr\$ 800,00 (US\$ 120,00) referente a uma assinatura anual.

Em nome da Editora Aparte SA, Rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros - São Paulo

SP CEP 05415 — Telefones: 280-4759 — 853-6680

Anual — Cr\$ 800,00 Anual — US\$ 120,00

Desejo receber gratuitamente os números anteriores da série sobre a esquerda brasileira.



Semanalmente:

- ★ A denúncia da ditadura e da exploração
- ★ A melhor cobertura operário-sindical do país
- ★ O debate dos grandes temas do socialismo
- ★ A história da esquerda brasileira

Pernambuco

Patrões ficaram chupando cana

A vitória dos trabalhadores dos canaviais de Pernambuco, na primeira grande greve rural após 1964.

A organização, a adesão maciça, e a unidade dos explorados — volantes, permanentes e camponeses, — nessa greve que a imprensa do sul maravilha praticamente escondeu.

Depois de quase uma semana de greve, envolvendo 20 mil trabalhadores, e há algumas horas da extensão da paralisação a cerca de 100 mil trabalhadores, os patrões acabaram cedendo, na segunda-feira, às pressões e firmando uma convenção coletiva com 23 sindicatos de trabalhadores rurais da Zona da Mata de Pernambuco. Essa convenção, uma das primeiras no campo, entre outras coisas prevê um aumento salarial de 52%, a aplicação da lei que determina a distribuição de 2 ha, de terra a cada trabalhador e uma tabela que estabelece equivalências entre os diferentes serviços da produção da cana de açúcar e as formas de remuneração.

Em relação ao mês de outubro de 1978, o aumento obtido significa um acréscimo de pouco mais de 100%, o que por si só já se constitui numa significativa conquista. Mas é sobretudo na garantia do cumprimento da "Lei do Sítio" (Decreto nº 57.020) e na Tabela que estão as grandes vitórias dos trabalhadores da área canavieira. A terra, essa reivindicação eterna dos camponeses, sempre foi exigida pelos trabalhadores que veem nela a melhor forma para se defender contra as oscilações salariais. Se têm acesso ao sítio, podem não só plantar, como também criar animais e garantir melhor alimentação para os filhos. Por outro lado, a Tabela é a grande arma dos trabalhadores contra as manipulações dos patrões no sentido de baixar os seus salários. Uma vez definido que cada serviço, dependendo das condições em que seja executado e da extensão da tarefa, tem o seu "preço", não existem mais condições para que os patrões aumentem a intensidade do trabalho e realizem seus projetos de acumulação através de uma diferenciação da extensão das tarefas entre os trabalhadores permanentes (moradores) e os volantes (clandestinos).

Porque a zona da Mata

Não é de estranhar que a Zona da Mata de Pernambuco seja o palco da primeira grande mobilização de camponeses depois de 15 anos de ditadura. Foi lá também que se verificou a mobilização mais expressiva no período de 55 a 64. Os Sindicatos constituídos naquela época conseguiram sobreviver à repressão e mesmo sem condições de realizar uma efetiva pressão de massas, lograram assegurar alguma continuidade às lutas, sobretudo a nível legal. É exatamente essa continuidade que nos permite entender como foi possível realizar agora uma greve de 20 mil trabalhadores, com piquetes de até 150 trabalhadores, sem fura-greves, com a participação dos "clandestinos" e ainda ameaçar os patrões com a possibilidade de uma greve generalizada de mais de 100 mil camponeses.

Desde o final de 1978, alguns Sindicatos mais combativos da Zona da Mata de Pernambuco vinham se preparando para desencadear um movimento reivindicatório que melhorasse as condições de vida dos trabalhadores das plantações da cana-de-açúcar. Essa iniciativa se vinculava aos debates sobre política salarial e liberdade sindical abertos nos encontros preparatórios do III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais que foi realizado em maio último em Brasília e no qual o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais assumiu uma posição mais ofensiva em relação aos problemas da classe. A sucessão de greves vitoriosas no sul do país se constituiu em forte estímulo tanto para as lideranças sindicais quanto para o conjunto de trabalhadores de Pernambuco.

Nos últimos três meses intensificaram-se os trabalhos de mobilização dos trabalhadores para a deflagração do movimento reivindicatório tendo na vanguarda alguns sindicatos com um trabalho de base melhor estruturado, 23 sindicatos começaram a realizar assembleias para a discussão das reivindicações a serem encaminhadas aos patrões e para a organização da massa em termos de sustentação do movimento. Esse trabalho culminou com a realização nos últimos domingos 23 e 30 de setembro das assembleias para aprovação das reivindicações dos trabalhadores e votação do recurso à greve em caso de não atendimento.

A greve legal

As lideranças do movimento acreditavam que poderiam realizar uma greve legal, apesar de todos os entraves impostos pela lei 4330 e decidiram correr o risco. A resposta da massa foi impressionante. Em quase todas as assembleias realizadas no dia 30, foi alcançado o quorum de 2/3, quando apenas se necessitava de 1/3, uma vez que já era a 2ª convocação. O comparecimento foi maciço, calculando-se que embora o número de votantes tenha sido cerca de 18 mil (só os associados do Sindicato podem votar), quase 40 mil trabalhadores tenham participado das assembleias nas quais se aprovou as reivindicações por aclamação. As sedes dos sindicatos eram insuficientes para abri-



Canavieiros aguardam de braços cruzados

gar a massa que compareceu às assembleias. As ruas foram tomadas pelos trabalhadores que com grande euforia se acotovelavam para votar logo no "sim" da cédula verde - símbolo da lavoura - e inutilizar a cédula amarela do "ouro" dos patrões. Convencidos de que "antes passar fome parado do que passar fome trabalhando", os trabalhadores estavam dispostos a paralisar imediatamente os serviços sem mesmo aguardar o prazo de cinco dias estabelecido pela legislação para a resposta dos patrões.

Quando os patrões comunicaram que não tinham condições de atender às reivindicações, os dois primeiros sindicatos que haviam realizado suas assembleias no dia 23 (São Lourenço da Mata e Paudalho) determinaram paralisação dos serviços. Estava criado o impasse. Ou os patrões cediam ou dentro de uma semana aos 20 mil dos dois municípios se somariam 100 mil. Tarefa difícil para o Sr. Alexandre Krüze que acabava de substituir, na Delegacia Regional do Trabalho, Romildo Leite (conhecido no Recife como ligado à extrema-direita). Para ajudá-lo o Ministro Murilo Macedo enviou seu Secretário de Relações do Trabalho Sr. Alencar Rossi. Tudo indica que o governo tinha interesse em resolver rapidamente o problema pela via da negociação, já que a legalidade do movimento tornava difícil a solução policial adotada contra os bancários e os metalúrgicos do Rio e de Belo Horizonte. Num momento em que toda estratégia para a solução da crise energética está voltada para a produção de álcool da cana-de-açúcar, qualquer movimento de maiores proporções envolvendo os trabalhadores do setor poderia ter consequências imprevisíveis. Isso talvez explique porque a imprensa escolheu não noticiar o movimento.

Suspensão só com a vitória

Apesar das pressões dos patrões e da Delegacia no sentido de que as negociações fossem conduzidas com a suspensão da greve, a disposição dos trabalhadores e das lideranças era no sentido de só suspender o movimento com a vitória. E assim se deu, verificando-se mais uma vez uma grande mobilização dos trabalhadores para assegurar a paralisação em todos os engenhos, mediante a organização dos piquetes e de comandos, os quais diariamente se reuniam com as lideranças para o balanço da greve e para a discussão do andamento das negociações. Desta forma se assegurava não só o sucesso do movimento como o acompanhamento pelo conjunto dos trabalhadores de todos os passos que estavam sendo dados.

Dois fatos foram extremamente importantes para o sucesso da greve. Em primeiro lugar a adesão e intensa participação dos trabalhadores "clandestinos" e em segundo lugar a solidariedade dos camponeses do agreste e Sertão. Tornou-se lugar comum entre os intelectuais a afirmação de que os trabalhadores volantes constituem uma "categoria" a parte, com interesses específicos e até mesmo "contraditórios" com outras, como os assalariados permanentes e os camponeses. Os acontecimentos em Pernambuco demonstraram não apenas que os interesses dos volantes não são tão específicos assim, bem como que, desde que a liderança sindical se empenhe em lutar por suas reivindicações, os volantes se dispõem a formar a linha de frente do movimento. Assim tanto nas assembleias foi maciço o comparecimento dos "clandestinos", como no desenrolar da greve em São Lourenço e Paudalho tiveram eles um papel fundamental, formando piquetes nas ruas em que residem para impedir a saída dos caminhões que transportariam trabalhadores para os engenhos.

Em relação aos camponeses, a greve da Zona da Mata também demonstrou a insuficiência de al-

gumas análises que tendem a considerar "a priori" que os interesses de pequenos produtores e de assalariados são divergentes e que portanto não há possibilidade de formação de uma única frente de luta. O que se assistiu em Pernambuco foram não apenas manifestações de solidariedade da maioria dos sindicatos do Agreste e Sertão, que representam os pequenos produtores, através de uma nota de apoio total aos grevistas, como manifestações mais concretas como a realização de assembleias no Agreste para discutir com os camponeses que costumam trabalhar na região da cana na época da moagem a respeito da necessidade de ninguém furar a greve dos trabalhadores da Zona da Mata, e organizar até mesmo piquetes para impedir a descida de caminhões carregando trabalhadores. Houve ainda a disposição de colaborar com o fundo de greve, mediante o envio de alimentos aos grevistas.

Desmentindo os intelectuais

Em comparação com as greves urbanas a greve da Zona da Mata de Pernambuco chama a atenção também porque pela primeira vez uma Federação (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco) assumiu a coordenação da luta e contou com o apoio integral do órgão de cúpula do

movimento sindical de trabalhadores rurais, a Contag, tanto na fase de mobilização dos trabalhadores quanto a fase de negociação. O presidente da Contag, José Francisco da Silva, esteve em Pernambuco durante todo o desenrolar do movimento.

Impulso às lutas populares

A vitória da greve certamente dará um grande impulso às lutas populares em Pernambuco. Pode-se esperar para breve uma renovação sindical naqueles municípios cujos dirigentes se recusaram a entrar no movimento certamente por medo de represálias da Delegacia do Trabalho. Tudo leva a crer que serão pressionados pelos trabalhadores, que de forma alguma se conformarão em terem seus salários mantidos aos níveis atuais, sem direito ao sítio, obrigados a realizarem as tarefas que os patrões bem entendem e sem acesso a muitas outras conquistas consagradas na Convenção Coletiva. Ou aqueles dirigentes cedem às pressões ou na primeira oportunidade serão substituídos por outros líderes que correspondam de melhor forma aos anseios dos trabalhadores. Por outro lado, tudo indica também que a luta de agora por diante será no sentido de cumprimento da Convenção Coletiva, o que sugere a possibilidade de um estado de permanente mobilização na Zona da Mata de Pernambuco.

"Agitadores X patrões"

Segundo a versão dos fatos expressa por Romildo Leite, a greve seria obra de "agitadores" estranhos à classe. Alguns setores de esquerda que não acompanharam a evolução interna do movimento sindical dos trabalhadores rurais nos anos do descenso das lutas sociais, só conseguiram interpretar o movimento como resultado de manipulação dos patrões interessados em forçar o aumento do preço da cana. Essa concepção policial dos acontecimentos, que só vê a história sendo determinada de cima por agentes privilegiados da cena política oficial e nunca a sua construção pelas lutas das massas populares, episodicamente volta à tona, como tem ocorrido recentemente com a interpretação de várias greves. Que os patrões queiram obter do Estado alguma vantagem a partir das reivindicações dos trabalhadores tem sido o "normal" entre nós. Agora, que setores da esquerda queiram reduzir a organização e vitória dos trabalhadores à manipulação dos patrões é uma tendência a ser combatida.

Rio: aumentam as tensões no campo.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (FETAG-RJ) levantou, detalhadamente, os conflitos que atingem cinco mil famílias de lavradores pela posse da terra no Estado, constatando graves situações de tensão social. Segundo o estudo, os conflitos sociais mais graves, que nos anos 60 atingiam áreas da Baixada Fluminense (Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Itaboraí, etc) continuam a se agravar, tendo se estendido para todas as demais regiões.

Isso se deveria principalmente à valorização das terras em decorrência de obras de infraestrutura, como a construção de estradas. Ao invés de beneficiarem os trabalhadores rurais, acabaram por acelerar o processo de expulsão de suas terras. Com isso, quem tem ganho, como denuncia o documento, têm sido os grandes proprietários, através da especulação imobiliária, além de uma minoria de privilegiados urbanos que disputam áreas de lazer e recreio.

Um número incontável de ações judiciais foi também registrado pelo levantamento: como o seu ajuizamento, as violências, arbitrariedades e uso da força bruta aumentaram. O assassinato de trabalhadores, praticado por grileiros e "proprietários" se tornou coisa comum.

Ao mesmo tempo, ocorreu uma reviravolta completa na política agrária do governo, sempre contrária ao interesse dos trabalhadores rurais. Por exemplo, o que ocorreu no município de Cachoeiras de Macacu: ali, no início dos anos 60 em função do sem número de conflitos, houve diversas desapropriações para efeito de Reforma Agrária. Uma das áreas desapropriadas, a Fazenda São José da Boa Morte, foi devolvida pelo "Incrá", titular do domínio, para ser disputada pelos pretensos proprietários, na Justiça.

Além disso, as áreas destinadas a reservas florestais tem frequentemente sido localizadas em regiões densamente habitadas e cultivadas, como é o caso do Parque Nacional da Bocaina, em Paraty, onde a delimitação inicial compreendia 134 mil hectares, atingindo centenas de famílias. O Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais reivindicou, então, uma nova demarcação para o Parque: embora as reservas florestais tenham sido reduzidas para 100 mil hectares, abrangendo, ainda as lavouras, acabou liberando vastas áreas, disputadas por grandes grupos nacionais e internacionais, como as fazendas Laranjeiras e Paraty.

O estudo da FETAG-RJ mostra também aspectos significativos do êxodo rural no Estado: segundo dados no Censo Demográfico do IBGE, a população rural, que representava 63 por cento a população total do Estado do Rio de Janeiro, representa apenas 27 por cento, em 1970. Outros dados mais recentes, do IBGE (1976) indicam que essa situação se aprofundou, com apenas 10 por cento da população vivendo em zonas rurais.

Estudos feitos pelo INCRA, em 1972 mostram, por outra parte, a acentuada concentração da terra: 60% dos imóveis são minifúndios, ocupando 13% das terras. Enquanto isso, 35% dos proprietários controlam 77% das terras.

Para resolver essa situação, a FETAG/RJ já adiantou algumas reivindicações: desapropriação das áreas atingidas, titulação das que estão em mãos do poder público e o assentamento definitivo das famílias de trabalhadores rurais. Mesmo cheio de insuficiências, já existe um instrumento legal para que o governo tome essas providências: trata-se da aplicação do Estatuto do Terra (lei 4504/64), aprovado e até hoje inaplicado pelas autoridades.

(Roberto Rodrigues)

Os trabalhadores voltam, com raiva.

Os trabalhadores voltam ao trabalho, em Betim, quando não havia mais condições de continuar com a greve. Sem vitória mas, com muita raiva contra os patrões, que além da repressão não hesitaram em apelar para o "lock-out".

Por João Baptista dos Mares Guia

O realismo político e o heroísmo coletivo marcaram o fim da greve dos metalúrgicos de Betim, decidido na sexta-feira, 5 de outubro, que um dia antes rejeitaram a proposta do presidente do sindicato, Nadir Pinheiro em voltar ao trabalho. O pelego, segundo os próprios trabalhadores, não tinha moral para dirigir-se à categoria, depois de ter feito um acordo às escondidas com os patrões, no dia 26 de setembro. (Ver Em Tempo nº 84). Naquele dia, após o almoço, a Krupp parou; na madrugada seguinte, aos 38 minutos, a Fiat aderiu à greve e já no fim da madrugada seus operários travavam a batalha que transformou a luta em guerra.

Mais tarde, na sexta-feira, dia 28, pararam os dois mil operários da FMB.

O último episódio dessa guerra da polícia e patrões contra os operários foi jogado na quinta-feira, 3 de outubro, à tarde, quando, após a assembleia do Campo do Sete foi formado um piquetão. Foi decidido que deveria parar os ônibus que vinham de BH, Contagem e outras cidades, à partir das 13:30 hs. "A gente sabia que a repressão seria violenta, disse um membro da Comissão de Greve, pois havia um esquema montado pela PM ao longo da rodovia. Ele começou com 600 operários, engrossando a medida que os ônibus iam parando, congestionando a estrada. Cinco soldados que compunham o cerco feito pela PM, caíram em cima de mim, pelas costas e me esmurraram o fígado, o estômago, a cabeça, batendo com a ponta do cassetete na barriga, até que desmaiei. Me jogaram no camburão com mais três companheiros".

Quinze operários foram conduzidos presos à Polícia Federal, para fichamento, o piquete foi dissolvido, com mil operários em fuga. Mesmo assim, à tarde, na FIAT, apenas 20 por cento dos operários trabalhavam, enquanto a Krupp e a FMB permaneciam paradas.

Para os trabalhadores, o piquetão tinha sido necessário, como uma afirmação da "bravura da classe, negócio que vai ficar por muito tempo na história da classe operária", como disse um piqueteiro.

As cabeças erguidas

Na manhã seguinte, sexta, 5 a greve terminava: os Cr\$ 4 mil além do índice, piso salarial de Cr\$ 8 mil, jornada de 40 horas, gratificação de férias de 240 horas reinvidicados, nada foi atendido. Os patrões concederam apenas 64 por cento de reajuste e piso salarial a partir de janeiro de 1980. Também a eleição de delegados sindicais e readmissão dos trabalhadores dispensados durante a greve do ano passado foram rejeitadas.



Betim: o ânimo de parar, presente em todas as assembleias.

A greve foi uma derrota? Economicamente sim, embora não possa ser medida apenas sob esse aspecto. Ela teve quase tudo contra si: a diretoria do sindicato, a falta de dinheiro (muitos operários sequer tinham condições de ir de ônibus até Betim, local das assembleias), a falta de local para as assembleias, realizadas em descampados, numa gruta e depois num campo de várzea, sempre distantes das casas dos trabalhadores, que chegam a morar até 150 km de distância de Betim; a falta de comunicação dos operários, agravada pela ação da imprensa, sempre a favor dos patrões; finalmente, a selvagem repressão, enfrentada por uma classe carente de experiência sindical e de luta de massas (90 por cento dos operários de Betim têm entre 18 e 25 anos de idade).

Afirmção da dignidade

"O operário de Betim, afirmava um trabalhador, "é conscientizado até certo ponto: sabe qual é sua situação, quem são seus opressores, o papel da polícia, do TRT e da grande imprensa". Mas prossegue: "entretanto, ele não tem consciência do papel político que a revolta precisa ter. O operário de Betim, como o brasileiro, luta por causa do estômago, da casa, do remédio, operário que gosta de viver e que não tem condições de pensar na vida, e que procura um modo de sobreviver. Uma vez é a alienação; outra vez é a raiva; e outra é um sentido quase infantil de dignidade, de liberdade, que se manifesta assim: não importa se eu for despedido, eu não preciso desse emprego".

O que aconteceu em Betim é um fenômeno de revolta, fruto do trabalho de base, de conscientização.

Prova disso é que no desenrolar da luta, um quarto dos grevistas (3.500 operários em 15 mil) estiveram em todos os momentos dispostos a lutar. Em termos de porcentagem é uma das mais elevadas do Brasil, levando-se em conta, como lembrou um trabalhador, "que a maioria ficou em casa, porque não tinha dinheiro para a condução".

O lock-out da FMB

A disposição de luta ficou mais do que patente. "Nessa greve, reconheceu o mesmo trabalhador, tudo o que aconteceu foi necessário e, de certa forma, inevitável. O pessoal está percebendo a necessidade de se mobilizar, organizar, de se encontrar para conversar, discutir, planejar as lutas. O operário volta à fábrica, mas o sentimento de raiva não vai ser tirado. É muito mais fácil organizar agora, o pessoal está descobrindo o sindicato. Para uma grande parcela, sindicato é um organismo de luta, não é o sindicato do pelego Nadir".

As listas negras já estão prontas. Há pelo menos oito nomes marcadíssimos e provavelmente uma centena de operários vistos em piquetes, falando nas assembleias ou frequentando o sindicato, perderão seus empregos. Mesmo assim, as cabeças estão erguidas, inclusive em fábricas onde as manobras dos patrões foram mais eficientes, como a FMB.

Na sexta, 28 de setembro, o pagamento da FMB saiu à tarde. Os operários da fábrica e da comissão estavam preparados para a greve, que começaria às 22 horas. Mas antes disso às 15:30 hs., em função do ânimo dos trabalhadores, a greve na FMB já era total. Diz um operário:

Metalúrgicos de SP

Contra-proposta patronal esquenta a campanha

Os patrões apresentaram contra-proposta que não agradou nem o pelego Joaquim. A Oposição Sindical acredita que deverá receber um rechaço da categoria que se prepara para nova assembleia, no dia 14.

Houve, enfim, uma novidade nas negociações salariais entre metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos e os patrões do Grupo 14 da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). No terceiro encontro entre as partes, realizado a portas fechadas na nova sede da entidade patronal na manhã do último dia 9, os patrões apresentaram uma contraproposta às reivindicações de 83% de aumento sobre os salários de novembro e de piso salarial de Cr\$ 7.200,00 aprovadas nas assembleias-gerais dos metalúrgicos.

A contraproposta, apesar de surgir como um dado novo na campanha salarial, foi unanimemente considerada "uma decepção" pelos representantes metalúrgicos — e isso não só pelos componentes das Oposições Sindicais, mas até por Joaquim Andrade, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo que se notabilizou nacional e internacionalmente por sua prática pelega. Joaquim, falando à imprensa após as quase quatro horas de reunião com os patrões, chegou a qualificar a contraproposta patronal de "ridícula" e a afirmar que "a possibilidade de greve não está afastada, mas pode até ser considerada próxima em função da atual resposta patronal".

Os patrões, que aparentemente estão "ganhando tempo" e tratando com "pouco caso" as negociações (o único empresário de peso presente aos encontros é o Villares), simplesmente recusaram todos os itens que tratam do fortalecimento

da prática sindical (como o que reivindica imunidade para os delegados sindicais e comissões de fábrica) e apresentaram índices escalonados abaixo da crítica: 56% para quem ganha de um a três salários mínimos; 51% para quem ganha de três a sete; 47%, para os que recebem de sete a doze; o índice oficial para todos os salários superiores a doze salários mínimos. Quanto ao piso salarial, a contraproposta dos patrões fica pela metade do reivindicado pelos metalúrgicos.

Tudo indica que os patrões estão à espera da aprovação, pelo Congresso, da nova política salarial do governo, evitando assim caminhar para qualquer acordo. Do lado operário, é evidente que o clima de mobilização ainda não é geral, diferenciando-se daquele vivido na campanha do ano passado, quando praticamente os metalúrgicos emendaram uma experiência grevista com o início do período oficial de reivindicações salariais. Por isso mesmo, as declarações de Joaquim Andrade, falando em greve mais ou menos imediata, levantam suspeitas junto aos setores de Oposição Sindical.

Preparar a greve

Essa suspeita é confirmada por Franco Farinazzo, integrante da OS para quem "a própria atitude do Joaquim, de declarar uma provável greve para o dia 22, sem consultar a assembleia nem o comando geral, visa desmobilizar a categoria". Esse trabalho, segundo ele, é com-

pletado por elementos da própria diretoria do sindicato, "que têm ido às portas das fábricas, desanimando o pessoal". Para ele, a contraproposta patronal já era esperada, não corresponde ao reivindicado e dificilmente será aceita pela categoria. "Os patrões estão pagando para ver: acham que a categoria está despreparada e contam com a desmoralização da diretoria do Sindicato, que não tem autoridade diante dos trabalhadores."

Assembleia

A própria contra-proposta, o representante da Oposição Sindical segundo deverá dar um novo ânimo à campanha. "Temos que aumentar nossa força, reduzir o ritmo de trabalho e não fazer horas extras visando a preparação da greve. Temos que denunciar que os patrões querem manter intensa a exploração, mostrar à categoria que a única forma de conseguir um aumento maior é sair para a greve. A nossa ação vai nesse sentido, agora."

O termômetro imediato do grau de disposição dos trabalhadores deverá ser a próxima assembleia, marcada para domingo, 14, no cine Piratininga. O número de participantes e a reação dos metalúrgicos à contra-proposta indicará a qual temperatura a que chegou a campanha, fornecendo um bom indicador que deverá orientar a Oposição Sindical.

"Por volta das 13:45 hs, chegou o pessoal do revezamento, que pega às 14:30hs. Num dado momento foi feito um piquete na porta do vestiário, não se sabe por quem e com isso o pessoal retornou para fora da empresa. A partir desse momento as chefias foram orientadas pelo diretor da empresa, Roberto Barbosa, para que a fábrica fosse completamente evacuada".

Outro trabalhador completa: "O pessoal da ferramentaria estava no trabalho e foi obrigado pela empresa a largar a produção. Os fornos já tinham sido esvaziados e já havia sido feita a limpeza das máquinas. O que houve foi um "lock-out" dos patrões".

Na verdade, a FMB, fez muito mais para retirar a iniciativa dos operários:

1) Antes da greve, ela forçou as horas-extras, obtendo recordes de produção e formando estoques enormes, que a capacitavam a suportar uma greve por muito tempo. Isso pode ser comprovado pelo depoimento dos próprios trabalhadores: "num domingo em se compensava um feriado, uma das linhas bateu todos os recordes de produção, trabalhando com apenas 50 por cento do pessoal. Além disso, a ferramentaria já tinha cumprido suas tarefas de produção, previstas até novembro".

2) Foi também a FMB que organizou a tática de negociação de setembro, longas, cansativas, onde os operários sofriam toda a espécie de pressão psicológica e tentativas de corrupção. As negociações também serviram para retirar os operários da Comissão de dentro da fábrica fazendo-os cair no jogo dos índices. O pacote de propostas para o acordo saiu da FMB, que liderou a ofensiva patronal, chegando mesmo a sugerir sigilo para os assuntos discutidos, impondo também a condição de não participação nas discussões de operários já demitidos. Uma das mais intransigentes e radicais nas negociações, a direção da FMB contemplou tranquilamente a ação da polícia contra os trabalhadores.

Assim age a FMB, empresa que chegou a aceitar, inclusive, a formação de uma comissão de fábrica, em abril. Mas a máscara cai quando as lutas acontecem. No próximo ano, entretanto, talvez seja mais difícil o espaço para essas manobras: certamente eles encontrarão uma classe mais organizada, mais experiente, que já nas próximas eleições pretende ocupar para si o sindicato, ao mesmo tempo em descobre a importância da organização na fábrica e da unidade. Sem dúvida, esses foram os saldos positivos da mobilização, que se contrapõem a derrota ao nível econômico.

Endereços dos comandos:

SUB-SEDE PENHA (LESTE) — Rua Cel Luiz Americano, 128 - (Perto do Antigo Viaduto Azevedo)

SUB-SEDE LAPA — 1) Rua Trajano, 215 (Diretório MDB) e Rua Trajano, 201 — sub-sede bancários)

SUB-SEDE MÓOCA — Ainda não têm

SUB-SEDE IPIRANGA — R. TABOÁ, 386 (ao lado do museu)



Jornalistas de São Paulo: Aberta a campanha salarial

Na sede do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo havia um clima de expectativa e de um certo temor até o momento em que começou a Assembléia Geral da abertura da segunda fase da Campanha Salarial deste ano, na noite do último dia 3. Expectativa e temor justificados, na medida em que se previa um comparecimento mínimo da categoria à primeira assembléia, levando-se em conta a derrota da greve de maio e a posterior retaliação patronal, punindo e demitindo mais de 300 profissionais de São Paulo. A abertura da segunda fase da campanha, contudo, não foi desalentadora. Pelo contrário: enquanto a primeira assembléia da campanha de meio do ano não contou com mais de 80 jornalistas, a do dia 3 foi realizada com o auditório "Vladimir Herzog" com as cadeiras ocupadas por pelo menos 160 companheiros.

A primeira parte dos debates voltou-se para a questão que mais preocupa atualmente o conjunto dos trabalhadores brasileiros no que se relaciona com suas lutas econômicas: o projeto de nova política salarial do governo. Jornalistas especializados procuraram, de modo didático, abordar sob todos os aspectos o projeto do Executivo, revelando as suas contradições e os seus objetivos mais gerais, ao tempo em que expunham as propostas alternativas para a política salarial, elaboradas por lideranças sindicais e apresentadas ao Congresso como substitutivo do MDB.

Na linha das pressões extra-parlamentares, a categoria foi convidada a engrossar a manifestação de todos os trabalhadores contra a política salarial do governo, que será realizada no próximo dia 19, na Praça da Sé, em São Paulo.

O índice a ser reivindicado pelos jornalistas e o novo piso salarial, por decisão da Assembléia Geral, deverão ser fixados somente após discussões em todas as redações. O debate nas bases foi então imediatamente iniciado. Para auxiliar a mobilização das redações a Assembléia elegeu uma "Comissão de Vistas", que já começou a funcionar. Foi decidido, ainda, que cada redação deverá indicar um representante para se integrar na "Comissão do Salário", podendo coincidir a indicação num representante do CCRR (Conselho Consultivo de Representantes de Redação) outro colega de trabalho.

Visando ampliar a luta, a Assembléia aprovou também a realização de um encontro de jornalistas, gráficos, radialistas, trabalhadores em empresas de jornais e revistas e do setor de administração dessas empresas, a fim de debater os problemas comuns e criar condições para a unificação das iniciativas. Em princípio, o encontro deverá se realizar no próximo dia 14.

A partir dos resultados das discussões nas redações, a próxima Assembléia Geral, marcada para o dia 17, definirá novos passos para a Campanha. (CT).

mestres da PUC/RS que dividiram a integração de sua convenção com a do resto da categoria. Além disso, eles aprovaram a criação no próximo dia 20, de sua Associação de Docentes, enfrentando as pressões da direção da universidade, a segunda do Estado e, certamente uma das mais repressivas. Decidiram, também integrarem às Comissões Representativas do Sindicato, encarregadas de encaminhar a mobilização e preparação.

Metalúrgicos BA Boicote está funcionando

Até o fechamento do Piquetão, na terça à noite, parecia que a campanha de boicote às eleições sindicais promovida pela Oposição Sindical de Salvador, está com a maior força. Menos de 50 por cento dos 2.200 trabalhadores necessários para que seja obtido o "quorum" legal havia sido alcançado (de uma categoria com 20 mil trabalhadores, apenas 6 mil são filiados ao sindicato, dos quais apenas 3.200 estão em condições de votar). Para se ter uma idéia de como a categoria está repudiando a manobra do pelego Manoel dos Santos, que quis sair com chapa única, convocando as eleições através do Diário Oficial, basta ver o que aconteceu em duas urnas. Na do Sindicato, onde deveriam votar 232 trabalhadores, apenas 12 compareceram; na empresa Hughes-Tool, dos 150 inscritos apenas 9 votaram, apesar de haver aparecido mais 38 votos fantasmas.

A OS está protestando contra as irregularidades existentes na votação, já que as urnas vem sendo acompanhadas só pelo pessoal da diretoria, que tem impedido a de fiscalizar (o próprio Delegado Regional do Trabalho reconheceu que qualquer trabalhador pode exercer essa fiscalização. Agora, caso o "boicote" seja bem sucedido, o pessoal vai ter ainda mais trabalho: pela lei, deverão ser convocadas mais duas chamadas. Caso a situação persista, haverá então a nomeação de uma Junta Governativa, encarregada de convocar novas eleições em 90 dias.

Têxteis SP

Aprovado índice de 83%

Os tecelões de São Paulo decidiram seguir o mesmo caminho dos metalúrgicos da capital, Osasco e Guarulhos: ao invés dos 50 por cento reivindicados pela chamada Unidade Sindical, eles decidiram exigir 83 por cento de reajuste aos patrões, mantendo um piso salarial de Cr\$ 6.104,00 (os do metal querem Cr\$ 7.200,00). Ao mesmo tempo, tornaram uma comissão de salários para discutir com os patrões.

Mas o que mais polarizou as atenções dos 250 trabalhadores presentes foram as discussões sobre um proposta da diretoria, o desconto em folha de Cr\$ 150,00 de cada tecelão, como contribuição para a conclusão das obras da colônia de férias. O desconto dividiu a assembléia, pois muita gente achava que

já estavam pagando pela colana há muito tempo, exigindo prestações de contas da diretoria, alegando que a construção estava se arrastando demais.

Montes Claros Pressões contra sindicato

O Comitê Brasileiro pela Anistia, núcleo de Montes Claros, MG, está denunciando as pressões que os trabalhadores vem sofrendo para impedir que eles organizem um sindicato eclético (formado por integrantes de várias categorias) na cidade, e que deveria representar 12 mil associados. Dois funcionários da fábrica Peugeot foram demitidos quando passavam uma lista de adesão, entre os colegas da empresa. Numa fábrica de cimento, os diretores recolheram um abaixo assinado, no mesmo sentido, que contava com 500 firmas.

Vigilantes BH Olho na Associação

Os vigilantes de Belo Horizonte estão cabreiros com sua Associação que está fazendo de tudo para por água fria na fervura, tentando impedir que eles assumam atitudes mais consequentes em defesa do cumprimento do acordo que pôs fim à greve que fizeram, já que as empresas se negam a pagar o piso salarial de Cr\$ 5 mil. Eles denunciaram que a Associação convoca assembléias quase às escondidas, fazendo com que o comparecimento seja reduzido, além de desmobilizar a categoria, alegando não ser possível não fazer nada antes que a Justiça do Trabalho tome alguma decisão (é que os patrões obtiveram no TST "efeito suspensivo" para a aplicação do piso).

Além disso, os diretores da associação tomaram as dores dos patrões, negando-se a divulgar os termos dos contratos entre as empresas de segurança e seus clientes afirmando, com os patrões, que isso "feriria o sigilo comercial".

Chegaram ao ponto de dizer que as empresas não poderiam pagar o piso, quando todo mundo sabe que o mínimo que elas recebem por vigilante é Cr\$ 20.000,00.

Eletricitários SP

Assembléia fraca

Começou bem chocha a campanha dos eletricitários de São Paulo. Pouco mais de 50 trabalhadores atenderam à convocação do Antônio Magri, mais conhecido como "Bokassa dos eletricitários" que impediu a entrada dos demitidos após a última campanha salarial (coisa que até o Joaquim já deixou de fazer). Além disso, ele escolheu a dedo (bem ao seu gosto) uma comissão de 12 trabalhadores encarregados de elaborar (junto com a diretoria da Light, vejam só) a pauta de reivindicações.

Na mesma ocasião, o pelegão boboca tentou justificar as demissões dos trabalhadores, afirmando que o "pessoal se

expôs muito", bem como sua omissão: segundo o Magri, ele não poderia fazer nada, "para não prejudicar a imagem do sindicato" (perante quem? perante os patrões e o governo, evidentemente).

Bancários SP demissões continuam

Os banqueiros de São Paulo estão demitindo na maior moita os funcionários que participaram da greve. Para evitar repercussões, estão pagando tudo o que devem (evidentemente que não estão pagando a diferença entre o salário de fome que os bancários recebem e o que deveriam receber para sobreviver), ao invés de despedi-los por justa causa (afinal, os super-lucros que o setor financeiro obtém dão e sobra para esse luxo).

Assim, pouca gente tem procurado o sindicato, impossibilitando sua diretoria de encaminhar uma campanha mais articulada contra as demissões. Por isso, mesmo que tenham recebido os seus direitos, todos bancários demitidos estão sendo convocados a comparecer ao Sindicato.

Comerciários Acordo de 70%

A pelegada do sindicato dos comerciários de Porto Alegre está tinindo, tchê. Fez de tudo para convocar assembléias fora de horário, para impedir que a categoria comparecesse, impediu trabalhadores de participar das reuniões, não deixou que a imprensa alternativa cobrisse as assembléias (inclusive chegou a ponto de tentar impedir até repórteres de órgãos de grande imprensa, como a RBS fizessem o seu trabalho), encheu de polícia na portaria, enfim fez o diabo. Mas não conseguiu passar sua proposta de reajuste de 50 por cento, tentada na primeira das três assembléias: na terceira e última, a categoria acabou aprovando, depois de muita manobra a proposta do Tribunal Regional do Trabalho, de 70 por cento de reajuste, descontados os 20 por cento de antecipação dados pelos patrões no início do ano.

Jornaleiros BH Querem aumentar comissão

E não são apenas os jornalistas que estão a fim de aumentar o tutu do fim do mês: os das bancas também estão na mesma linha. Pelo menos em BH, onde, no dia 4 de outubro, 300 deles realizaram uma assembléia, quando decidiram pressionar os redistribuidores para aumentar sua comissão, de 20% para 30%. Os jornaleiros, que tiveram que enfrentar o boicote do próprio presidente do Sindicato. (afirmava que o movimento era ilegal) estão afirmando que com a margem atual não dá para viver, pois o rendimento médio de uma banca mal chega a Cr\$ 7.000,00. Para começo de conversa, eles decidiram limitar suas compras, numa das distribuidoras locais, até que ela peça arrego e conceda os 30 por cento.

Rio de Janeiro 600 demissões

Mais de 600 trabalhadores já foram demitidos como represália à greve que paralisou 250 mil metalúrgicos no Rio de Janeiro em setembro. Desse total, cerca de 270 foram demitidos só no

estaleiro Caneco, 17 deles na semana passada. Entre os 17, há muitos operários que tiveram papel de destaque durante a paralisação: dois deles foram demitidos logo após uma reunião realizada na empresa, assistida - vejam bem - por um coronel e um tenente, funcionários da Caneco. Além disso, o estaleiro evitou a todo o custo que os operários se reunissem (mandou derrubar o local onde eles fizeram a reunião), obrigando-os a continuar as discussões na rua.

Segundo o correspondente do PIQUETÃO no Caneco, outra coisa brava é a comida servida, até roxa de galinha bichada foi encontrada na comida (vai ver a galinha foi recolhida em alguma encruzilhada). No dia 11, o pessoal já pensa em parar como protesto. E tem mais, no dia 15 está marcada assembléia na fábrica, quando vai se discutir a possibilidade de paralisação em protesto contra as demissões e o desconto dos dias parados, além de prevenir contra o aumento do "rango": apesar de ruim, poderá seu preço ser aumentado em 200 por cento.

Professores Assembléia na PUC/RS

Mais um passo na luta dos professores gaúchos: no sábado, 6, foi a vez dos

As greves da semana

SETOR	LOCAL	Nº DE GREVISTAS	REIVINDICAÇÕES PRINCIPAIS	DURAÇÃO	RESULTADOS
METALÚRGICOS	BETIM — MG	15 mil operários	80% de reajuste; piso de 8.000,00 e destituição da Diretoria do Sindicato	De 26/9 a 4/10	64% de reajuste e piso salarial de 4.000,00 a partir de janeiro/80
METALÚRGICOS	FORTALEZA — CE	20 mil operários	80% de reajuste salarial	De 1/10 a ...	—
TRABALHADORES CANAVIEIROS	PERNAMBUCO	20 mil trabalhadores	100% de reajuste salarial	De 1/10 a 8/10	52% de reajuste; tabelamento das tarefas de trabalho no campo e cessão de 0,5 a 2 hectares de terra para subsistência.

UNE: Unidade Popular na cabeça

Por Flávio Andrade

Os saldos finais da reconstrução da UNE, para além da vitória geral do movimento estudantil, pesam de longe para o lado da "Unidade Popular" proposta pela chapa Mutirão. 140.000 votos: vencedora em 16 estados da federação, detentora da preferência de quase 40% do eleitorado e com uma diferença de cerca de 40.000 votos da segunda colocada, Unidade, a aliança entre 8 estudantes da tendência Caminhando, 5 da Refazendo e 2 da Correnteza, consumada na Mutirão, reúne agora condições eleitorais ideais para a construção de sua hegemonia no movimento.

A grande derrota a direita

A derrota mais importante, como já era previsto, coube à direita, organizada na chapa Maioria, que ficou na lanterninha dos resultados. Apesar de contar com as simpatias oficiais e, apesar da corrupção — no Rio Grande do Sul, por exemplo, foram impugnados 3.500 votos fantasmas que a Maioria fajutou numa escola onde sequer houve eleições — a chapa logrou ter apenas 6% do eleitorado. O que, mesmo somando aos votos dos reformistas — a Unidade — não chegaria a abalar a classificação da primeira colocada.

O fiasco da «unidade»

Se do ponto de vista geral a derrota mais importante para o movimento coube à Maioria, no entanto, do ponto de vista das forças realmente em disputa, a grande derrotada foi Unidade. Sobretudo para sua ala esquerda, os defensores de uma frente popular que, como é sabido, dentro da linha de lançar sua liderança, o paulista Paulo Massoca, para a presidência da entidade, sacrificou no altar dos conchavos com a outra tendência, a Reforma, as maiorias nas chapas para o DCE da USP bem como de outras

entidades a que naturalmente teria direito. E agora, nada.

Ao que tudo indica, Unidade foi vitoriosa em 6 estados: Rio de Janeiro, Paraíba, Goiás, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Santa Catarina — a implantação das tendências componentes a nível nacional era bem pequena para que seu invejável fôlego eleitoral pudesse redundar em melhores votações. Além do que, as notórias e sucessivas práticas conchavistas que vinham marcando sua atuação desde o congresso de Salvador, queimaram-na bastante junto ao eleitorado. E, mesmo no Rio de Janeiro, seu bastião tradicional, apesar da corrupção patente — chegando inclusive a haver intervenção da diretoria provisória da UNE — sua vitória não foi tão estrondosa como se propagandeava.

No entanto, como era esperado, os reformistas conseguiram a direção da UEE carioca — as eleições foram simultâneas — mantendo assim sua posição hegemônica no Rio de Janeiro.

Novação: crise de crescimento?

Já Novação, teve um resultado contraditório, ainda que facilmente explicável. Sua vitória foi conseguir firmar-se como expressão nacional — cerca de 60.000 votos, o 3º lugar — a partir de tendências estudantis de cunho principalmente regional, e que há pouco tempo começaram um trabalho conjunto. Para tanto, muito contribuiu o apelo de seu programa, claramente demarcado das demais chapas e sintonizado com o momento de ascenso dos trabalhadores na cena nacional.

No entanto as eleições atuais foram marcadas muito mais decisivamente pela implantação tradicional e pelo fôlego e eficácia operativos na campanha, do que pelas discussões políticas travadas mais a fundo, como foi o caso do congresso de Salvador. E como composição nova entre tendências regionalizadas, Novação teve que dedicar um esforço especial,

bem além de suas forças naturais, para a campanha nacional. O que, terminou redundando num descuido relativo em áreas onde naturalmente estava favorita. E o caso das votações nos estados do Rio Grande do Sul e Minas. Candidata natural à primeira colocação, Novação não conseguiu senão o segundo, perdendo por estreita margem para Mutirão. Em Minas, mais grave ainda, estando em disputa simultânea também a UEE, a derrota significou também a entidade estadual, ainda que por uma margem ainda menor de votos — cerca de 300.

Mas não somente desdobramento do esforço para a eleição nacional explica esta derrota. Ficou patente o pouco fôlego eleitoral, mesmo em termos absolutos, principalmente em Minas e no Sul. Detentora dos tradicionais DCEs federais das capitais destes estados, e também bem implantada em termos de núcleos mais organizados no interior, a Novação, em especial suas tendências Centelha e Peleia, devem retirar deste pleito experiências valiosas para futuras eleições. Partindo ambas com uma boa diferença de votos nas respectivas capitais, foram contudo revirados pelas votações do interior. Em Minas, por exemplo, houve casos flagrantes de cidades sequer propagandeadas na campanha e fiscalizadas na votação, onde a diferença a favor de Mutirão foi estrondosa.

De certa forma, a falta de experiência em pleitos para a UNE — Mutirão e Unidade têm inegavelmente um legado neste sentido — pode ser arrolada como uma explicação. O que, no entanto é muito menos uma justificativa e muito mais um caminho autocrítico.

Mas o resultado global é inegavelmente positivo. O que se apostava — menos a vitória para a direção da UNE e mais a consolidação de uma alternativa estudantil nacional claramente ao lado dos traba-

lhadores está plenamente consolidado. E pelos números obtidos, se bem recuperadas as falhas constatadas, as perspectivas para novos pleitos é promissora.

Libelu: o esperado

Finalmente, Liberdade e Luta foi o esperado. Ganhou da direita e inesperadamente conseguiu fazer o 1.º no Acre, onde a votação foi baixíssima em virtude da repressão via decreto do general Figueiredo e a tendência capitaneou a reação à medida arbitrária.

Mutirão: prá onde irá a UNE?

Agora, é festejar a posse da nova diretoria, e esperar e cobrar da gestão Mutirão o desenvolvimento e esclarecimento de suas definições "populares". A gestão será difícil. Pois além de grandes indefinições políticas, à Mutirão, em especial, caberá o peso maior do encargo de reconstrução prática da UNE. E sua ausência da direção dos DCEs das principais capitais — São Paulo, Minas, Rio e Rio Grande do Sul — lhe diminuirá parte do poder para iniciativas marcadamente próprias e bem escoradas em bases estrategicamente situadas. Ademais, as diferenças no interior da frente que compõe a chapa não estão claras no seu desenvolvimento convergente ou não, o que também pode vir a ser um sério obstáculo no desenrolar da gestão.

A hegemonia, por exemplo, da tendência Caminhando no interior da chapa não passa despercebida. E sua atuação tradicional, deliberadamente nos marcos do populismo, ainda que hoje algo relativada pela crise interna que a tendência vem vivendo — e que ficou patente no caso de São Paulo onde para o DCE da USP abortou um racha, a chapa Convenção — só, pode semear desconfiâncias. E, é claro, de outro lado, incitar uma posição vigilante por parte das tendências que se propõem como alternativa.

opinião

Alberto Duarte Anistia e Socialismo: a grande questão

Nós esperamos que no II Congresso da Anistia, a ser realizado agora no início de novembro, haja um salto qualitativo na questão da anistia. A luta agora continua sendo para libertar presos, pela volta dos exilados não atingidos pela anistia do governo, mas nós pretendemos dar um salto de qualidade, ligando a anistia à luta dos trabalhadores, apoiando a construção de seu partido, de suas organizações livres e a luta que vai ser discutida agora no próximo Congresso é Anistia e Socialismo. No primeiro Congresso a gente definiu como prioridade a popularização da luta pela anistia. Já foi um salto bastante grande em relação ao que a gente estava batalhando, pois antes a luta estava restrita aos setores de classe média e pequena burguesia.

Partimos então para um trabalho junto à classe trabalhadora e hoje concretamente estamos fazendo isto. Aqui em Belo Horizonte, nas recentes greves, nós fizemos um grande trabalho, estivemos lá nos sindicatos, para prestar solidariedade aos grevistas, estivemos nos hospitais junto com os trabalhadores que tinham sido feridos, todos machucados devido à repressão violenta que se abateu sobre eles. Nossa solidariedade também se manifestou em idas diárias ao DOPS, tentando libertar os trabalhadores presos, levando alimentos, levantando dinheiro.

Para nós, está cada dia mais claro que a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita só vai ser conquistada quando os trabalhadores assumirem completamente esta luta, que já assumem parcialmente, demonstrando o projeto do governo não serviu de nada. Afinal, quantos trabalhadores não foram presos em Belo Horizonte e no país inteiro nas recentes greves?

Alberto Duarte
é Presidente
do CBA
de Belo Horizonte



anistia

Volta Mané da Conceição

Por Marcelo Beraba e Sônia Goldfeder



Povo recebe Manoel

Julho de 1968, Pindaremirim, interior do Maranhão. A polícia invade uma reunião de camponeses e fere o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais, Manoel da Conceição. Preso, o líder camponês é jogado numa cela coberta de sal e miço e abandonado. No sexto dia, a ferida de bala em um dos pés evolui para uma gangrena. Manoel da Conceição é obrigado a amputar a perna direita.

Outubro de 1979, Rio. Depois de três anos e meio de exílio na Suíça, volta ao Brasil Manoel da Conceição. Acompanhado de outros exilados políticos, ele desembarcou nesta segunda-feira no Aeroporto Internacional do Galeão exigindo justiça e denunciando os limites da anistia:

— O Governo tem de ser responsabilizado pelas mortes e crimes que cometeu — afirmou.

Para os que aguardavam, ele revelou que processará todos os responsáveis por suas prisões e pelas torturas e danos que sofreu — "até os chefões". E um dos que serão processados por Manoel da Conceição é nada mais nada menos que o atual presidente da Arena, senador José Sarney, latifundiário e governador do Maranhão quando ocorreu o massacre de Pindaremirim, em julho de 1968. Também

será processado o então prefeito do município, José Antonio Hite, que ordenou a invasão da reunião, a repressão e a prisão de Manoel da Conceição.

Além da prisão em Pindaremirim, Manoel da Conceição foi preso outras vezes e sempre torturado. Durante oito meses, nos anos mais negros da repressão política, ele foi dado como morto. Em março de 76 deixou o Brasil graças a uma campanha internacional de solidariedade que lhe arrancou dos cárceres da ditadura e o levou para Suíça.

Depois de 12 anos de perseguições políticas e três anos e meio de exílio, depois de ser acusado de tudo inclusive de terrorista, bandido, assaltante, assassino e criminoso comum, Manoel da Conceição

volta ao Brasil absolvido em todos os processos.

Quanto à situação do país, ele afirma que, embora a anistia "tenha sido arrancada pela pressão popular", o Sistema ainda tem as rédeas do poder e pode fechar de novo, "se achar que deve".

— É preciso trabalharmos direito para não deixar que eles criem condições políticas. Devemos investir no trabalho de base, organizar o povo e os trabalhadores. E devemos ocupar os espaços que a luta de classe nos abre.

Ele conclui: — Eu voltei sabendo que ainda posso ser preso e morto.

São Paulo:

"Tudo isto aí por causa daquele baixinho?" disse um soldado da

PM, espantado com as centenas de pessoas que gritavam "o povo unido jamais será vencido", na recepção no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo ao líder camponês Manoel da Conceição, exilado há três anos e meio na Suíça. Acompanhado do Chichero Giovanni, da Liga dos Direitos Humanos suíça. Ainda no aeroporto, num clima de intensa euforia, foi feita uma pequena passeata, seguida de um comício improvisado, aonde "Mané" fez questão de frisar que volta ao Brasil não para ficar de braços cruzados", e que "não volta pela bondade do regime mas pelo fato que o povo brasileiro, principalmente os trabalhadores continuam cada vez mais unidos na defesa de seus direitos e de seus sindicatos". Coordenou a recepção José Ibrahim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco em 68, e membro da coordenação do movimento pela criação do PT. Falou em seguida José Cicotti, do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André. Num determinado momento conseguiu se aproximar de Manoel da Conceição seu filho de 15 anos: os dois não se viam há 8 anos e abraçaram-se emocionados. Falaram ainda um representante da chapa recém-eleita da UNE, o representante da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo Hélio Bombardi e o representante do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Djalma Bom.

Vem aí o II Congresso da Anistia

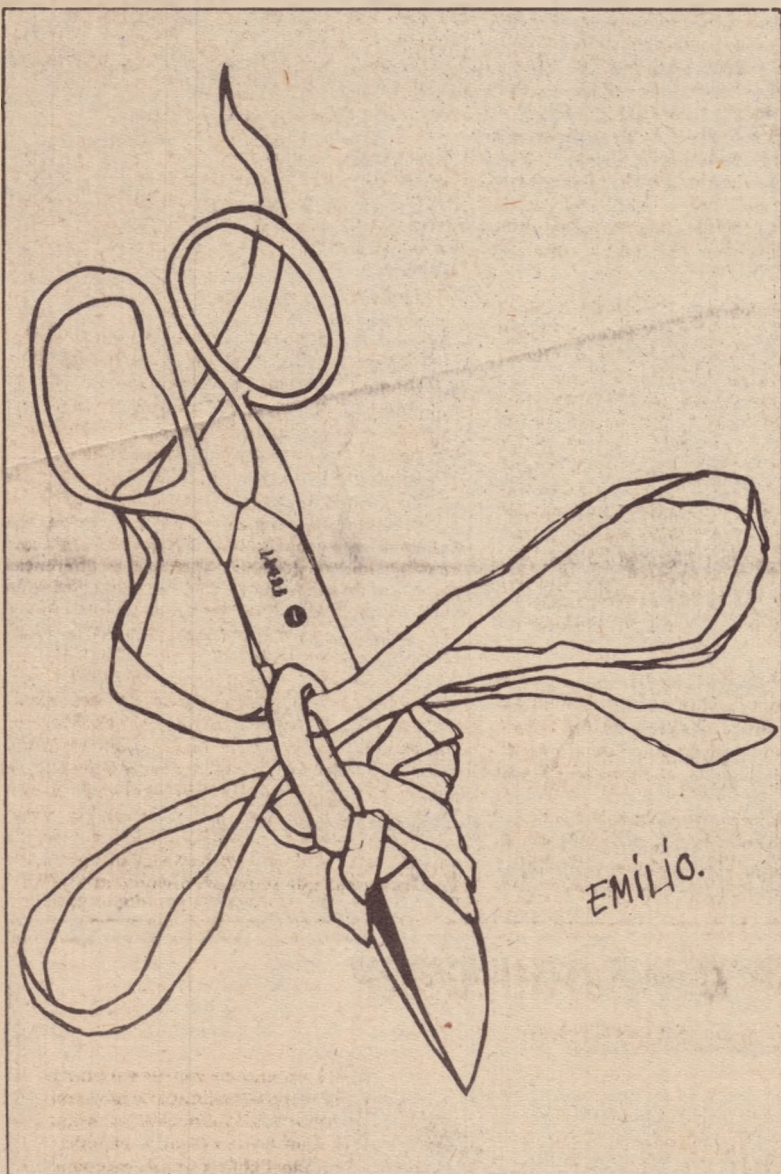
Reunida no último fim de semana em São Paulo, a Comissão Executiva do Comitê Brasileiro pela Anistia, dando um balanço na luta, resolveu reafirmar os eixos da campanha pela anistia ampla, geral e irrestrita, traçados anteriormente, e convocar o II Congresso Nacional. Este será em Salvador, "nos dias 15, 16, 17 e 18 de novembro e para o qual desde já convidamos para a participação todos os setores e personalidades democráticas, especialmente as camadas populares, empenhados, todos, em conquistar a Anistia Ampla, Geral e Irrestrita e em construir em nosso país, a liberdade, a democracia e a justiça social" conclui a convocatória que já está sendo enviada a todo o país.

Polícia reprime CBA

Desde o último dia 8 a Polícia Federal de Juiz de Fora está intimando todos os membros do CBA da cidade. O Presidente do CBA Geraldo Magela Guedes, a Tesoureira Miriam Delgado e mais cinco membros da entidade, entre eles o Presidente do DCE da Universidade Federal de Minas Gerais Alberto Pavan. Todos eles haviam sido presos na véspera da votação do projeto de anistia restrita no Congresso Nacional, quando pichavam a cidade pela "Anistia Ampla, Geral e Irrestrita".

Até agora não está claro se a Polícia Federal abrirá processo ou não contra os companheiros. Mas o fato em si da prisão e depoimento já atestam bem os limites da anistia de Figueiredo.

O que há de errado com a censura?



É necessária uma redefinição dos debates em torno da Censura. Durante muito tempo as oposições brasileiras uniram-se na luta contra esta Censura, deste regime. A censura-prévia, a imprensa, o massacre imposto ao teatro, ao cinema, a proibição eventual de uma novela de televisão, caracterizavam momentos mais dramáticos, no campo da cultura, do desrespeito aos direitos mais elementares da coletividade. Com a "abertura", a questão não saiu de cena; mas verdade seja dita, abrandou-se — o que pode dar a muitos uma ilusão de liberdade: enquanto o pau sobre as costas descansam. Mas a questão da Censura não se esgota dentro dos limites estreitos do regime; ela é muito mais vasta, já existia antes dele, e envolve aspectos muito complexos e delicados: a censura etária; a relação entre erotismo e publicidade; publicidade e saúde; a representação da violência, e outros certamente de não menor importância. A questão "censura", temos certeza, é controversa mesmo dentro da intelectualidade e da esquerda, de um modo geral. Há os que são contra a censura política, mas a favor da censura contra a "pornografia"; há quem ache a censura etária desejável; ou que se censure a televisão, mas não o teatro ou a literatura.

No correr deste ano a Câmara de Deputados realizou um simpósio sobre o tema, em Brasília. Vários depoentes ali compareceram: intelectuais, compositores, cineastas, ministros, diretores ou presidentes de entidades governamentais ligadas à cultura, jornalistas. Destacamos, para começar o nosso debate sobre a Censura, em primeiro lugar, o depoimento de Rogério Nunes, ex-chefe da Divisão de Censura de Diversões Públicas no governo Geisel. Deste depoimento, apresentamos a parte referente à televisão que, segundo o depoente, trouxe novos problemas para a Censura. Esta parte é importante porque nela Rogério Nunes defende a necessidade de se ampliar, de certa forma, o alcance da censura. Defende também a própria instituição; historia alguns dos critérios empregados pelo setor em relação à televisão; e expõe, com toda a clareza, a visão de mundo da mentalidade censória. Complementam este depoimento, feito no dia 22 de maio deste ano, sinopses dos depoimentos de Flávio Cavalcanti e do escritor Guilherme Figueiredo.

É claro que ao propormos este debate, não estamos neutros; é nossa convicção que a posição mais consequente no assunto é lutar pela erradicação de qualquer forma de Censura, nesta e em qualquer forma de sociedade presente ou futura. (FA)

O depoimento de Rogério Nunes

Com o tempo, (...), a televisão brasileira encontrou nas novelas apresentadas sob a forma de seriados a sua melhor maneira de comunicar-se e a sua mais alta expressão artística e técnica. Os melhores profissionais do teatro e do cinema através da linguagem televisiva conseguem dar o melhor da sua interpretação, atingindo a todas as camadas sociais, culturais de qualquer faixa de idade. Nós estamos nos fixando na televisão, porque como ressaltamos é o meio de comunicação que mais me preocupa. Entra nos lares sem pedir licença, não escolhe horário. Prevalence, sobretudo, para esse gênero de espetáculo o tema aberto sem número previsto de capítulos e sem enredo completo, permitindo modificações de acordo com os índices de audiência e os interesses comerciais da empresa. Permitam-me então explicar a mecânica, como se procede com relação à novela: como não há uma legislação estabelecendo, ficou regulado um acordo de cavalheiros, podemos assim dizer, entre a Censura e as televisões de se conseguir uma forma de fazer a censura prévia da novela. Quando a empresa pretende lançar uma novela nova leva à Censura uma sinopse, um resumo do que será o enredo daquela novela. São 10, 12 páginas, um relato sucinto dando uma idéia global da história, das tramas, do que vai acontecer.

Verificada essa sinopse, a Censura se pronuncia nos seguintes termos: "A sinopse examinada não apresenta aspectos que contraindiquem para o horário pretendido — porque ela deseja apresentar às 8 horas da noite — contudo, a liberação fica na dependência do exame das gravações. "Muito bem, a partir daí a empresa inicia a gravação e nos traz posteriormente os 10 primeiros capítulos gravados e já agora com o texto, as falas, as marcações, toda a situação apresentada na novela. Esses 10 capítulos são examinados e, naturalmente, não tendo maior comprometimento para aquele horário, liberados somente os 10 primeiros capítulos. A partir de então a novela vai ao ar e a emissora passa a remeter para a Censura grupos de capítulos, 3, 4, às vezes um de cada vez até o final. O que acontece, senhores? É natural que a empresa queira conquistar o horário. Ela quer garantir aquele horário porque tem patrocinador e tem que preenchê-lo com algum espetáculo. Então, esses 10 capítulos

naturalmente vêm rigorosamente dentro de exigências censórias. Mas a novela colocada no ar, começa o autor a ser influenciado pela assistência e a empresa começa a ter interesse em atrair o espectador, em ganhar IBOPE, agravam-se os problemas e a Censura fica impossibilitada de tirar a novela. Por quê? Se alterar a impropriedade, se colocá-la num horário mais tarde, significa praticamente proibição, porque o horário seguinte está comprometido com outros patrocinadores, com outro espetáculo, e a empresa não tem como colocar dois espetáculos no mesmo horário. E se proibir desaba o mundo sobre a Censura, todo o público se volta contra a Censura porque proibiu um espetáculo que já tinha liberado. Então, ficamos tolhidos de qualquer providência. Multá-la com 10 centavos significa alguma coisa? Nada. Suspender o espetáculo, promove-o, naturalmente. Aí está a grande

O texto integral

Aí está a grande dificuldade, uma legislação obsoleta que hoje praticamente não vale para os meios de comunicação, que não cogitou da televisão. A preferência dos produtores e dos autores — aí é um problema que necessita ser apreciado — recai sempre sobre temas adultos. Pela abertura do canal pelo qual a televisão se comunica torna-se desaconselhável a uma audiência infanto-juvenil. O espetáculo entra nos lares em busca do menor, fascinando-o e trazendo para a Censura preocupação com o que está sendo mostrado. Não adianta à Censura estabelecer: "O espetáculo é impróprio para menores de 12 anos para o horário das 20 hs, ou que é impróprio para menores de 10 anos, para o horário das 19 horas, porque não há como fiscalizar, nem pode fazê-lo no ambiente doméstico. E muitas vezes a própria dona-de-casa é quem manda o filho com idade menor assistir a televisão, porque normalmente às 7 horas da noite, que está estabelecido um horário de 10 anos, é a hora em que as crianças retornam das escolas, dos folgedos, e que vão aborrecer a mãe que está cuidando do jantar. E, para se livrar da criança, deixa que assista televisão. Coloca-a diante do aparelho, num espetáculo que é impróprio para a sua idade, e a Censura não

pode evitar isso. Se impõe rigor, ela está sendo contra a cultura, contra a criatividade artística, porque não permitiu que os espetáculos apresentassem certos aspectos da vida familiar e da sociedade, mas ninguém se lembra que a preocupação maior é com a criança. É dar espírito e informação a quem está assistindo determinadas cenas. Pelas apontadas razões é que se procura, através de recomendações, estabelecer critérios gerais mais rigorosos para apreciação das novelas destinadas à televisão, cuidando especialmente de aspectos não previstos na legisla-

ção em vigor, daqueles aspectos que nos reterimos anteriormente, que estão no regulamento de 1946. Para evitar os inconvenientes que sempre surgem seria indispensável tornar obrigatória a apresentação antecipada do texto integral da novela, para que a Censura sobre ele se manifestasse, ficando a liberação condicionada ao exame da gravação. Enquanto a legislação não dispuser a respeito, impondo essa exigência, problemas como esse continuarão a surgir, preocupando as autoridades, pais e educadores. O Sr. Ministro das Comunicações, Quandt de Oliveira, em Aula Inaugural no CEUB, em Brasília, no Curso de Comunicações, em 1975, disse, com propriedade, que certas camadas da população são sensíveis como chapas fotográficas, que se impressionam com muita facilidade, já que são incapazes de refletir, chegar a conclusões próprias quanto aquilo que ouvem ou vêem, principalmente crianças e pessoas de pouca cultura. Elas aceitam sem restrições o que lhes é apresentado.

Um protocolo de cavalheiros

Como não há legislação, a Censura, em 1970, tentou um acordo com as emissoras. Foi assinado, então, um protocolo por todas as empresas. Pelo Diretor de Censura de todas as empresas, elas se obrigando, dentre outras coisas: "o respeito à dignidade do indivíduo, da entidade ou da organização em qualquer circunstância; o apaziguamento da vida nacional, inspirado na cooperação na preservação da tranquilidade do País; o cultivo das melhores tradições patrióticas pela exaltação dos heróis nacionais, o respeito à autoridade constituída". É um documento assinado, e não foi na minha época, foi anterior à minha presença lá. "O correto uso da linguagem portuguesa, evitando o máximo possível expressões grosseiras e gíria; o de condenar a violência em todos os graus; o de não apresentar criminosos ou contraventores de maneira atraente

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Brasília, DF
Em 01 de Junho de 1976

CF. Nº 040/76-SCTR/SC-OCOP

Do: Diretor da Divisão de Censura de Diversões Públicas

Por: 1.º - Clube de Televisão

Assunto: "Novelas" (FA)

Realizados Senhores:

Examinada no dia 01 (dois) primeiros capítulos de tel. novela "O CASARÃO", constatamos a existência de aspectos que, se não suprimidos, deverão, pelo menos, ser consideravelmente atenuados, evitando, assim, a classificação etária ser elevada.

Para evitar o inconveniente da alteração no horário de transmissão, recomendamos a V. Sca. sejam tomadas as seguintes medidas:

- suprimir o linguajar vulgar, principalmente das personagens João e Jérbis;
- tomar cuidado no sentido de não desmerecer a instituição da livre eleição, evitando enfatizar aspectos de fazenda eleitoral, situações que não serão toleradas.

No oportunidade, renovamos a V. Sca. protestos de estima e consideração.

[Assinatura]
ROGERIO NUNES
Diretor de OCOP

Uma lembrança dos tempos de Rogério Nunes na Censura

Continua na página 12

Continuação da página 11

nem tampouco o crime ou contravenção em seus detalhes de modo a não estimular a sua prática; o de não apresentar os vícios, jogos, alcoolismo, tóxicos, salvo quando destacados como fatores nocivos; a não exploração de temas sexuais que só serão abordados em circunstâncias especiais, com seriedade, respeito e dignidade com que devem ser encarados; o de não apresentar exemplos de mãe solteira, adultério, prostituição, sendo admitida a antevista do problema; o de não transmitir em suas comunicações destinadas ao público infantil mensagens negativas que possam contribuir em detrimento de sua formação moral ou que possam ser imitadas; o de contribuir decisivamente para a formação jovem de um espírito sadio e do cultivo do sentimento". Esse protocolo não foi respeitado, levando a direção geral do departamento a denunciá-lo e a torná-lo insubsistente. Porque não havendo uma legislação, esses acordos entre cavalheiros são infrutíferos pela necessidade que as empresas têm de conquistar mercado e de apresentar espetáculos que possam atrair mais.

O certo e o errado

Agora, um outro aspecto que leva à preocupação maior um espetáculo de televisão. Vamos comparar os dois espetáculos que chegam ao público de televisão. Vamos comparar os dois espetáculos de televisão. Não é comum a uma pessoa assistir, durante um mês, a mais do que uma dezena de filmes ou meia dúzia de peças de teatro, se tanto. Já com as telenovelas o espetáculo entra em casa onde encontra a pessoa à vontade, e assiste a três, ou quatro espetáculos de novelas por dia. Durante meses, são centenas de episódios que entram na mente da espectadora. No cinema, o espectador está num ambiente estranho, prevenido contra o recinto. Então, ele está menos suscetível ao recebimento das mensagens, enquanto que, em casa, ele está relaxado, à vontade, e as mensagens chegam sem nenhum anteparo. No cinema, ninguém comenta o espetáculo. E, em casa, a televisão é assistida normalmente por amiguinhas e familiares e, quando um aspecto, algumas das presentes crítica achando errado, a outra, mais avançada, esclarece que aquilo é assim, que já era. Então, o que uma espectadora poderia pensar que era errado, por influência da outra, pelos comentários, passa a admitir como certo. Então, o errado passa a ser certo. A confusão

Guilherme Figueiredo

"Não é por causa do teatro que os governos caem".

Guilherme Figueiredo é um dramaturgo da velha guarda, conhecido pelo seu texto *A raposa e as uvas*.

Um humanista que fala da tragédia e comédia grega à Molière; que cita Napoleão; que se interessa pela comédia brasileira de Martins Pena; que é absolutamente contra a censura à escrita ("um bom livro não morre e um mau livro já nasce morto"); que acredita na fiscalização aos espetáculos — onde o papel do censor seria limitado a uma advertência ao público quanto à classe de espetáculo que ele vai assistir; que acredita na censura à TV, para defender o telespectador das mentiras que invadem o seu lar, quer através de anunciantes, quer através de produtores de espetáculos. Alguns trechos de seu depoimento:

"No caso do rádio e da TV deve haver um exame fácil... que envolva à responsabilidade do proprietário da emissora e do anunciante. É muito importante que o anunciante seja responsável pela lata de lixo que despeja em nossas casas, não só o dono da emissora ou o coitado do ator que tem de representar aquela porcaria porque precisa viver..."

"Uma determinada ação artística pode levar a um prejuízo do poder, a uma diminuição, à queda do poder, pelo ridículo, pela subversão, e então, é preciso coibir. O problema é que, aí, existe um erro filosófico do poder... É o erro de uma relação de causa e efeito que não existe. Não é por causa do teatro que os governos caem. Também não é por causa dos livros que os governos caem. Os governos caem e são retratados pelo teatro e pelo livro. Não é o livro que propriamente derruba o poder... É toda uma sociedade capaz de entender aquele livro que representa o seu retrato". (RA)



EM TEMPO 85 • 11 a 17 de outubro de 1979

entre o certo e o errado, pela repetição, que surge e ressurge na mente do jovem, vai subconscientemente aceitando como normal. Se comenta com a irmã, com a coleguinha ou com a prima sobre certos aspectos, com as quais não discorda e tiver coragem de fazer restrição de ordem moral a determinado comportamento da personagem, receberá, por certo, as críticas ao seu ponto de vista, será chamada de boboca, cafona, caipira, quadrada e outros qualificativos acrescidos à observação. Hoje em dia é assim mesmo. Qualquer jovem, para evitar esse tipo de crítica, por questão de amor próprio, acaba por aceitar o normal aquilo que antes sua razão apontava como errado. Daí o grande perigo que representam determinados assuntos tratados nas telenovelas e para os quais se deve concentrar a atenção. Por exemplo, a moça que se entrega sexualmente para dar prova de amor e ter um filho fora do casamento; a que foge de casa para agredir a autoridade paterna; as que buscam soluções erradas como o suicídio, o uso de drogas, ou a convivência em ambientes promíscuos para saírem da fossa. Tudo isso que, nos filmes ou teatros, para uma faixa etária mais elevada, onde a fiscalização pode ser exercida, onde a entrada com idade inferior àquela estabelecida não é permitida, tudo isso, até certo ponto, pode ser tolerado, deve ser excluído, no entanto, da televisão. Porque, além dos motivos enumerados, está sujeito à repetição diária, já que, durante dias e meses o quadro negativo se descerra diante da pessoa indefesa, as cenas se repetem no vídeo e vão martelando o espírito emocionalmente desarmado, com toda a atenção voltada para a trama. A recordação do fato, dia após dia, vai-se incorporando ao subconsciente do jovem. A constante repetição dos atos errados pode acabar por dominá-la e levar a assistente, mesmo por simples curiosidade, a tentar uma experiência com algo diferente que antes a sua análise crítica não lhe permitia fazer. Assim, por uma identificação emocional, o jovem pode sensibilizar-se com o errado e ser impedido a aceitá-lo como certo, ou sob outro aspecto, uma necessidade circunstancial que a situação semelhante passa a correr o risco de tomar caminho idêntico, embora errado, quando bem poderia recuar se não fosse influenciado pelo mau exemplo. É indispensável, portanto, que se limite os apelos negativos tais como a desagregação familiar, o erotismo, a violência, o grotesco, a tentação sexual, a dramaticidade excessiva, e só com um exame da obra integral na televisão haveria condições ideais de ser feita uma segura observação.

Flávio Cavalcanti

"Como a prostituição, a censura é um mal necessário" — Flávio Cavalcanti dispensa apresentações; as palavras falam por si.

O depoimento de Flávio Cavalcanti tem um tom irônico, mal disfarçado nas frases bombásticas, nas citações que querem transparecer certa erudição, mas que logo se sente nelas o sabor de almanaque.

"Começo por me sentir meio indiscreto ao falar publicamente sobre 'a censura'. Um cavalheiro nunca fala abertamente de uma dama com quem já teve um caso".

Em compasso de valsa, Flávio se coloca como vítima da censura, ao mesmo tempo que a justifica por sua utilidade.

"Censurar é também educar, orientar; é ensinar aos jovens o caminho do bem é retirar os velhos do caminho do mal".

IncurSIONA, temerariamente, na infância da humanidade, fala sobre a censura nas tribos, passando facilmente daí Shakespeare e Cervantes, passando no relatório "Hite". Por uma estranha miscelânea discursiva, ele tenta salvar a censura e acusa o censor: afinal, um censor é um homem e pode errar, o que não significa que a censura seja um erro! Como ficamos? Não ficamos. Flávio Cavalcanti estava fazendo um programa de TV na Câmara dos Deputados e não um depoimento sobre censura. Ossos do ofício? Ou cacoeira da covardia? alguns trechos.

"Os funcionários da censura com quem eu tenho lidado nestes 23 anos de TV são pessoas bem educadas, geralmente intencionadas, quase sempre com a mais sincera convicção democrática".

"O próprio Nosso Senhor Jesus Cristo censurou a chicotadas os feirantes que mantinham uma feira permanente de objetos religiosos no Templo de Salomão".

"Tanto a instituição da censura não é anti-democrática por natureza, que vários grupos profissionais em países super-civilizados, procuram implantar a auto-censura... Censuremo-nos a nós mesmo, dizem os americanos para não termos que ser censurados".

"Como comunicador de massa tenho que levar à divulgação, o pensamento da Arena e do MDB. Política, não! Política é outra coisa. Política, acho que realmente, deve ser uma troca de inteligências, e não de desaforos nem de brigas".

(Raquel de Andrade)

SALADA MISTA

Nietzsche

Signos e poderes em Nietzsche, de Leon Kosovitch. São Paulo, Ed. Ática, Coleção Ensaios.

talvez ainda sob o impacto do severo anátema lucasiano contra Nietzsche naquele famigerado assalto à razão, é provável que até hoje, mesmo aqui no Brasil, boa parte da chamada intelectualidade de esquerda — que nunca, aliás, morreu de amores pelo autor de *Zarathustra*, nem mesmo depois da moda dos anos sessenta — ainda reaja, lá do fundo da alma, como o oficial da guerra civil espanhola reagia diante da palavra cultura e sintia ímpetos de puxar o berro só de ouvir pronunciar o nome desse perigoso "irracionalista". Não estaria aí uma das razões do grande descalço, no Brasil, em relação a esta obra tão preciosa? Não faltaram, na verdade, fervorosos entusiastas de Nietzsche entre nós desde, pelo menos... Monteiro Lobato: mas de todo o entusiasmo nenhum fruto de real valor, com raríssimas exceções, brotou até agora em termos de comentários originais, contentando-se os intrépidos leitores do filósofo com a repetição de generalidades inocuas. O livro de Leon Kosovitch, *Signos e Poderes em Nietzsche*, vem precisamente preencher essa lacuna das mais deploráveis. Mas ainda: pela primeira vez é editado em língua portuguesa um comentador atento à singularidade do texto nietzscheano e que se dedica a enfrentá-lo no detalhe de cada articulação.

A leitura tira partido plenamente dos mais importantes documentos da mais recente "erudição": Klossovski, Deleuze etc. E este não é, certamente, o menor dos seus méritos. Mas o engenhoso leitor, tal como nos adverte desde o início, não comete a grosseria de se aproximar deste discurso resplandecente munido das lentes deformadoras de um certo anatomismo acadêmico que muita influência exerceu durante bastante tempo sobre nossos historiadores da filosofia. Buscando determinar como se articulam alguns temas centrais, tais como "vontade de potência" e produção de signos, a partir de cuja conjugação outros tantos problemas nietzscheanos se iluminam, esta leitura constroi, ao mesmo tempo, a moldura ou o cenário dentro do qual o discurso comentado exibirá sua dança circular e porá a nu sua "incontornável virulência", como diz Leon. Daí o estilo cortante e lapidar do comentário. Como se tornar intérprete, neste caso, sem, de alguma forma assimilar a força do interpretado?

Não é o caso de se resumir aqui o rico e complexo conteúdo do comentário. Contentemo-nos em apontar suas grandes linhas. Um ponto de partida: a força. Um ponto de chegada: a arte. Entre o primeiro capítulo ("Da Força") e o VI e último ("Da Arte") o autor esquadrinha

pacientemente o modo como se comunicam as teses centrais com a questão dos signos e de sua produção, mostrando como se opera ao nível da caracterização da linguagem a grande subversão de velha metafísica. E o que vemos, em especial, nos dois capítulos centrais: III, "Os Signos" e IV, "O Nihilismo". Rompendo com a perspectiva da teoria do conhecimento, Nietzsche — diz o comentador — "dá uma nova dimensão à linguagem", ou seja: "Não se trata mais de manter-se no plano da designação, que transformaria a linguagem na representação do objeto; ao contrário, confere-se-lhe um novo estatuto. O essencial nessa transformação é o abandono da representação pela significação. Com isso, a linguagem se desembaraça da ontologia (pg. 58). No capítulo II ("Senhores e Escravos") é levada em conta a crítica radical de Nietzsche a moral, e o estudo da "subversão" se completa, nos capítulos finais, pelo exame da complexa questão do *Eterno Retorno* e da tese segundo a qual a Estética passa a ocupar o lugar da Ética. Caminho inverso ao do próprio Nietzsche, pois no final reencontramos os temas da *Origem da Tragédia*.

É verdade que nem tudo é absolutamente cristalino nesta obra controversa e o comentador não esconde as dificuldades. Uma coisa porém é certa: o recurso a este martelo bem temperado, que desde o *Crepúsculo dos Idolos* faz vibrar seus acordes de maneira sadicamente iconoclasta, é de inestimável utilidade nesta nossa época de poluição cultural. Força de liberação e antídoto contra todo idealismo filosófico, este discurso continua mais vivo do que nunca. Um exemplo: "O pensamento consciente de um filósofo, na sua maior parte, é secretamente guiado por seus instintos e obrigatoriamente canalizado em vias definidas. Por trás de toda a lógica e da aparente soberania de seus procedimentos, encontram-se avaliações ou, para falar mais claramente, exigências fisiológicas que impedem a necessidade de conservar um modo de vida determinado" (texto citado à pag. 62). Não acreditaríamos estar lendo uma página de *A Ideologia Alemã*? O texto nietzscheano, como se confirma pela leitura de *Signos e Poderes em Nietzsche*, é um texto de extrema atualidade. (Quanto aos grafismos não dariam muitos de seus aforismos?). Para os que ainda aspiram, apesar de tudo, a transformações que não fiquem, aliás, confinadas ao terreno puramente filosófico, não será inadiável a leitura ou releitura de uma obra que certamente nos traz de volta à nossa "saúde meridional" e nos ajuda a recuperar o "vigor secreto da alma" (texto citado à pag. 118) É para este tipo de leitura-ativa que Leon nos convida.

(Luiz Roberto Salinas Fortes)



...e Chapeuzinho comeu o lobo

A peça infantil *Um Lobo na Cartola*, de Oscar Von Pfluh é uma versão moderna do "Chapeuzinho Vermelho", onde não existe a briga do bem e do mal. No final da história o lobo não é mau, ao contrário é o amigo da criança. Para o diretor do espetáculo, Mário Emílio Malachias, "o autor consegue quebrar a expectativa da criança, pois o menino está cansado de conhecer o Chapeuzinho Vermelho e o desenrolar da história leva a criança ao questionamento. É inesperado que a voz do lobo, nada dá certo de acordo com a história tradicional".

Mário Emílio também fala a EM TEMPO das dificuldades do teatro no Brasil, em particular em Minas: "Um problema grave no teatro é o texto, um caso semelhante ao que ocorreu em Portugal, depois de uma censura muito forte, se abriu a gaveta e não tinha praticamente nada. Existe até grupo parado, à procura de peças boas para encenar. É um vazio da geração, depois de

68 não surgiu nenhum dramaturgo, e ainda houve a perda do Paulo Pontes e do Vianinha. Isto é muito explicado pelo risco no teatro, que é muito grande. Existem 2 censuras no teatro: ao texto e à montagem. Foi o caso de Calabar, em 73 após ser montada com uma despesa de 400 mil cruzeiros, a peça não pôde ser encenada".

Um Lobo na Cartola tem duas apresentações por semana, uma produção de 50 a 60 mil cruzeiros, com 9 atores. Além disso tem o preço do teatro, e como são poucas as casas de espetáculo em Belo Horizonte, o aluguel é muito alto, e ainda tem os 10% de direito autoral. "É duro para o artista mineiro — acrescenta Mário Emílio — ver a construção do Shopping Center e nele não ter uma casa de apresentação. O Palácio das Artes ainda é fechado para os artistas mineiros. Um dos últimos atos do ex-governador Rondon foi a doação de 2 milhões de cruzeiros para a construção da Casa do Artista Amador, o dinheiro foi o Palácio das Artes e nunca mais se ouviu falar nele". (Sucursal de Minas)



Por Marco-Aurélio Garcia

Uma tentativa chamada Partido Operário Comunista

A formação do P.O.C. (Partido Operário Comunista), em meados de 1968, é o resultado da fusão da Organização Revolucionária Marxista Política Operária, a Polop, e da "Dissidência Leninista" do PCB no Rio Grande do Sul. A convergência destas duas forças que aparecia aos olhos de seus militantes como um importante passo na constituição de uma organização revolucionária no Brasil, era, no entanto, a frustração de um projeto mais vasto e ambicioso de reagrupamento de amplos setores dissidentes do Partido com segmentos da esquerda revolucionária.

Poucos meses antes a Polop havia sofrido uma importante cisão que reduzira seus efetivos em cerca de 50%. Por ocasião do IV Congresso da Organização, em setembro de 1967, a direção se vê confrontada com oposições que se desenvolvem em São Paulo, Minas Gerais e, em menor medida, no Rio de Janeiro. Com visões estratégicas distintas, todos estes grupos coincidem na necessidade de impulsionar a luta armada a curto prazo, inscrevendo-se no quadro das definições da Conferência de, OLAS, realizada pouco antes em Havana.

As posições defendidas pela direção da P.O. são aprovadas pela escassa maioria de 16 a 14 delegados. A cisão se consumaria pouco depois, dando nascimento em São Paulo ao grupo que formaria a Vanguarda Popular Revolucionária e, em Minas Gerais ao Comando de Libertação Nacional, a COLINA. Mais tarde as duas organizações se fusionariam, formando a VAR-Palmares.

Novos eixos

O IV Congresso da Polop era revelador dos novos eixos em torno aos quais passava a dar-se a discussão na esquerda brasileira. A ortodoxia leninista, expressa ao nível do enunciado de princípios gerais com a qual a direção da P.O. procurava enfrentar seu ísma, manifestamente não atentava para a complexidade do debate, nem, evidentemente, para as modificações pelas quais passava o movimento revolucionário no país.

Em seu **Balanço da P.O.** (do qual publicamos vários trechos no número anterior de EM TEMPO), Raul Villa assim vê a situação:

"A declaração Política do IV Congresso já procura enfrentar as questões ao nível mais imediato como colocadas pelo foquismo e aponta para a necessidade de uma organização de combate da classe operária, nos termos do **Que Fazer?** Mas é bom ver que a crítica dos foquistas é apenas a crítica de suas aberrações e não ao núcleo de suas concepções."

Esta incapacidade de enfrentar correta e concretamente os problemas centrais da luta política e ideológica no Brasil naquele momento vai ser responsável pela reabertura da luta interna nos anos 69 e 70 levando a uma cisão no POC com o consequente ressurgimento da Polop, em meados de 70.

A dissidência do sul

A **Dissidência Leninista**, que com a P.O. formaria o Partido Operário Comunista, começa a ges-

tar-se em fins de 1965 e meados de 1966. Tendo, como as demais dissidências do Partido, uma importante base no movimento estudantil, este grupo vai ser muito influenciado pela dissidência da Guanabara, cujas teses e práticas vão ter uma grande incidência em seu desenvolvimento. Os contatos do grupo do Sul com os que mais tarde formariam a PCB (naquela época "Corrente") eram frequentes, ainda que em menor escala de que com a Dissidência da Guanabara e mesmo a de São Paulo, sem falar evidentemente da P.O.. A razão destas relações diferenciadas se prende fundamentalmente a uma maior afinidade estratégica entre as dissidências e a Polop, tendo como base comum um programa socialista, enquanto que a posição da "corrente" era neste particular distinta.

Isto não impediu, no entanto, que se estabelecesse uma aliança tática entre os poucos membros da "corrente" no sul e a Dissidência, que havia conseguido abarcar inclusive setores sindicais do PCB. O resultado desta maior gravitação da Dissidência se expressa na maioria que esta obteve tanto na Conferência Municipal de Porto Alegre, como na do Rio Grande do Sul, ambas reuniões preparatórias ao VI Congresso. Mas a aliança se desfaz aí. O processo de atomização de todos os setores que se desprendiam do PCB se aprofunda a partir de fins de 1967, fazendo com que cada um siga seu próprio caminho.

Da F.E.R. ao P.O.C.

Para a Dissidência Leninista o caminho imediato que se abre é a **Frente de Esquerda Revolucionária**, onde ela vai encontrar a Polop e Dissidência Secundarista do Rio de Janeiro. A FER, no entanto, concebida como projeto amplo e preparatório à formação de uma grande organização de esquerda não chega a ter viabilidade. A participação dos secundaristas do Rio se esgota rapidamente e a formação do POC se consuma pela união de um grupo que buscava o caminho das posições revolucionárias com outro que já vivia os primeiros impasses desta opção. A formação do POC permite à Polop refazer seu ativo de militantes, gravemente afetado meses antes pelas cisões da Colina e da VPR, mas não



Trotsky

provoca nenhuma transformação política qualitativa, na nova organização.

O ascenso das massas

O ano de 1968, quando se forma o POC, seria decisivo para a definição do perfil da esquerda brasileira para todo este período. Se é certo que a emergência do movimento operário exemplificada pelas greves de Osasco e Contagem e pela manifestação do primeiro de maio em São Paulo, desmentia as teses foquistas sobre as dificuldades no encaminhamento das lutas de massas e, neste sentido, reforçava as teses que o POC defendia, não é menos certo que não foi esta organização que se revelou capaz de conduzir ou capitalizar as explosões operárias e populares. Muito pelo contrário, serão os grupos que já atuavam com uma perspectiva foquista que vão ter maior gravitação sobretudo sobre as lideranças operárias que se destacaram nos conflitos sociais daquele período. No primeiro de maio, a participação do POC é quase nula. Na primeira greve de Contagem igualmente e somente na segunda é que seus militantes vão conseguir secundar a Colina, a Corrente e a AP na preparação dos comitês de fábrica que impulsionarão a greve.

Nos acontecimentos de Osasco, ainda que buscando estar presente e editando um boletim diário durante o conflito, a presença efetiva do POC se faz sentir marginalmente, mais precisamente na paralisação de uma pequena fábrica.

A tentativa militar

Não tendo dado passos concretos no caminho da luta armada a despeito de suas definições mais gerais — o POC não se viu de imediato exposto à repressão como as outras organizações já engajadas em enfrentamentos com os organismos repressivos.

Isto lhe permitiu suportar melhor o ano de 1969, quando muitas organizações estavam já presas à dinâmica ação-repressão, e de dispor, pelo menos, de uma certa tranquilidade que lhe permitisse construir um caminho alternativo.

Mas a exiguidade do projeto POC, apesar dos 700 a 800 militantes que teve em sete estados do País no período 68/69, somado a inconsistência de sua formulação tática e, especialmente, a incapacidade que evidenciava de construir uma base operária, contribuiu para que um malestar se produzisse no interior de suas fileiras. Ao lado de um setor mais conservador, que não consegue opor aos desafios da realidade outra coisa que teses estratégicas, se constitui uma corrente que vê no "enfrentamento das tarefas militares" a solução para os impasses que começavam a manifestar-se.

Tendências e cisões

Mas as carências do POC em matéria operativa eram notórias, o que leva a organização, quando se decide dar passos nesta direção, a optar por uma associação com outras forças, como é o caso da VAR-Palmares em São Paulo ou com o grupo M 3 G (Marx-Mao-Marighela-Guevara) no Sul, ainda que esta última colaboração tenha sido efêmera. O POC integra a **Frente Armada**, mas esta forma prática de tentar resolver os problemas políticos só contribui para o aprofundamento da crise interna.

A partir de fins de 69 estas diferenças de enfoque se expressam na constituição de tendências, cuja existência é autorizada pela direção nacional num

dos raros gestos de democracia que a esquerda revolucionária brasileira se permitiu naquela período.

Contra as posições do grupo que advogava já um recuo em direção a um trabalho operário de base, forma-se uma tendência que insiste no papel da luta armada, e advoga uma linha sindical que se aproxima em muito das teses sobre a União Operária, naquele momento propugnada pela VAR-Palmares. Aliás, a aproximação do POC com esta organização, da mesma forma que com o PRT (ver EM TEMPO nº 84) é outro dos elementos essenciais da tendência que se forma em São Paulo e que terá no jornalista Luis Eduardo Merlino, o Nicolau (ver box) um de seus principais inspiradores.

Os efeitos da repressão

Mas a onda repressiva acaba por afetar também o POC e compromete a própria natureza do debate, agravando suas contradições. O fracasso do seqüestro do consul norte-americano em Porto Alegre, organizado pela Var-Palmares, acaba por comprometer a segurança de todas as organizações de esquerda. Ainda que o POC não estivesse envolvido na operação, a promiscuidade que a esquerda apresentava num centro menor, como a capital gaúcha acaba por desorganizar suas fileiras.

Mas o golpe maior estaria por vir. Em 1970 e 71 uma sucessão de quedas provoca o quase desaparecimento da organização. Antes disto, porém, a oposição entre as duas tendências é de tal forma exacerbada que conduz à separação de um grupo importante de militantes que vai reconstituir a POLOP, e que aplicará seus projetos de recuo em direção a uma prática estritamente junto ao movimento operário.

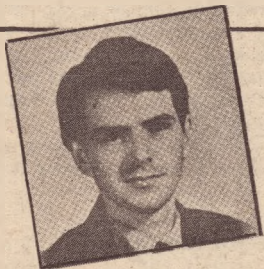
O grupo que fica no POC não consegue uma coesão suficiente para dar continuidade à organização. Uma parte de seus militantes elabora, em Paris cinco teses que seriam apresentadas num próximo congresso da organização (que nunca será realizado), formando assim a tendência **Combate** do POC. Uma outra tendência se articula em torno de um rearmamento político do partido que em muitos aspectos é distinto das cinco teses apresentadas. O que caracteriza ambas as Tendências é que se reivindicam dos fundamentos do trotskismo e do programa da IV Internacional, tais como a concepção da revolução permanente, a estratégia das reivindicações transitórias e uma crítica à burocratização nas sociedades pós-capitalistas. Mas divergem entre si sobre muitos problemas estratégicos e táticos. A tendência POC-**Combate** privilegia uma combinação de um trabalho político na classe operária com o desencadeamento da luta armada, tentando repetir a experiência argentina do PRT-ERP. A outra tendência, partindo da constatação da conjuntura contra-revolucionária existente, preconiza um acúmulo de forças do partido na classe operária, em torno de reivindicações transitórias e democráticas, rejeitando como "militarista" a tese da tendência **Combate**.

Mas os esforços de reerguimento da organização são frustrados pela derradeira ofensiva policial contra o POC. O debate entre tendências não chega a aprofundar-se, a maioria dos militantes não discute as cinco teses e os debates quase sempre são travados em torno da sobrevivência imediata da organização. Uma série de quedas em São Paulo termina conduzindo a repressão a todo o partido. A queda de uma reunião da seção regional gaúcha, que se realizava em Porto Alegre, acaba com a última tentativa de reação, liquidando a organização nacionalmente.

Luis Eurico e a dissidência leninista

Luis Eurico Telera Lisboa desaparecido desde 1973 e cujo corpo foi recentemente encontrado por sua companheira no cemitério de Perus, sob o nome de Nelson Bueno que ele usou na clandestinidade, integrou a Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, chegando a participar da constituição do POC.

Luis Eurico militou no PCB no setor estudantil e decidiu deslocar-se para a cidade de Santa Maria onde começou a desenvolver uma forte atividade de oposição às teses do VI Congresso em discussão no ano de 1967. Sua atuação destacada neste processo de discussão fez dele delegado à conferência do PC, na qual ele sairia eleito membro do Comitê Regional



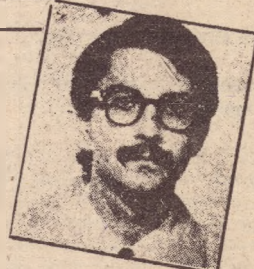
Expulso do PCB com todos aqueles que dariam nascimento a dissidência e, posteriormente, ao POC, ele não ficará muito tempo vinculado a esta organização. A forma particular pela qual sentiu os efeitos da ditadura, levou-o a um privilegiamento da ação armada o que abriu caminho para seu ingresso na ALN. Depois de passar um período na Argentina, Luis Eurico resolve retornar ao Brasil e retomar seus contatos com a ALN. Parte só para São Paulo e é nesta cidade que ele vai desaparecer. Depois do achado de seu corpo, a versão oficial que passou a circular, é a do seu suicídio num quarto de pensão no bairro Liberdade. Mas o menos que se pode dizer é que esta versão encobre mais questões do que esclarece.

Luiz Eduardo: uma tarefa interrompida

Luis Eduardo da Rocha Merlino, tinha 23 anos quando, no dia 15 de julho de 1971, foi preso por agentes do DO-CODI do II Exército na residência de uma tia.

Ele havia chegado uns poucos dias antes da França, aonde participara juntamente com outros companheiros seus do POC, na elaboração das Cinco Teses que serviriam de suporte para a tendência **Combate** que reivindicava fundamentalmente para a organização as posições da Quarta Internacional.

Merlino, ou Nicolau como era conhecido no POC era, o primeiro a chegar ao Brasil para recontatar o restante de uma de uma organização que atravessava um período difícil tanto pelo cerco repressivo como pela crise política



interna. Sua tarefa não chegaria a ser concluída. Poucos dias após sua prisão — os militares disseram para sua família que ele voltaria horas mais tarde, pois se tratava de "prestar alguns esclarecimentos" — Merlino sucumbiria a uma gangrena provocada pelos efeitos da tortura em suas pernas.

A família foi informada em um "ponto". Nos milagrosos anos de ditador Médici, as coisas ficaram por aí. Hoje, a família de Luis Eduardo reabre o dossiê de sua morte, encorajada pela sentença judicial dada no caso Vladimir Herzog. A memória de Merlino foi evocada pela imprensa trotskista do mundo inteiro e no X Congresso da Quarta Internacional seu nome figurou entre os mártires da revolução mundial.

Chile:

«O golpe não era inevitável»

Nelson Gutierrez, 2º secretário do MIR chileno, em entrevista exclusiva, toma a Nicarágua como exemplo e afirma que só a luta armada pode derrubar as ditaduras no continente.

Por Camilo Guerra

O Golpe do Chile foi uma das maiores derrotas da revolução na América Latina. Você a concebe como uma inevitabilidade histórica?

Temos que voltar à experiência da Unidade Popular no período 70/73. De nenhum modo consideramos seu fracasso resultado da inevitabilidade histórica. Nem sequer o consideramos como uma derrota da revolução. Efetivamente foi uma derrota do movimento popular, cuja causa fundamental deve ser buscada na direção daquele processo, que foi fundamentalmente a força do reformismo, o Partido Comunista e o Partido Socialista.

Esta não é uma reflexão feita apenas por nós, militantes do MIR chileno. É uma visão compartilhada pelo movimento operário mundial, inclusive por vários teóricos do PC da URSS e mesmo por alguns dirigentes dos principais partidos da Unidade Popular.

Porque veja bem: a Unidade Popular controlava o governo e a maior parte do movimento operário do Chile. Já em outubro de 1972, ocasião do "lock-out" patronal, as possibilidades de desenvolvimento pacífico do processo revolucionário já tinham se esgotado, e era imprescindível passar para outra fase da luta. Era necessário mudar o programa inicial que a Unidade Popular havia colocado; desenvolver ao máximo o poder popular que já crescia em toda parte, preparando a via armada para o desenvolvimento do processo revolucionário chileno.

Mas mesmo com a presença do PS e do PC chileno, não seria possível uma resistência armada ao golpe?

Quando, em 1972 se produz o "lock-out" patronal, inicia-se uma polarização política em grau extremo na sociedade. Ocorre então uma luta entre o setor revolucionário e o setor reformista da esquerda, um procurando aprofundar o poder popular em curso, o outro procurando paralisar e desmontar esta iniciativa, ao tentar conter o processo dentro dos canais institucionais. A partir de março, há um processo constante de concessões por parte da Unidade Popular à força burguesa em todos os planos.

Isto vai ser muito mais grave quando da primeira tentativa de golpe por parte da reação, e que foi a última oportunidade que teve o governo de Allende de passar à ofensiva, quando tinha todas as condições políticas para isto. Naquele momento, o movimento popular contava ainda com um grande apoio e mesmo dentro das forças armadas havia um trabalho de conscientização importante.

Mas, o governo da Unidade Popular iniciou um processo de integração das forças armadas ao governo, delegando a elas uma série de responsabilidades. Não puniu nenhum setor golpista e inclusive perseguiu soldados e marinheiros que se opuseram ao golpe. Foi esta política que abriu, em definitivo, o caminho para a ofensiva contra-revolucionária e o triunfo do golpe de Estado. O que se passa no Chile em setembro é a consumação de uma derrota política que ocorreu de fato quando do primeiro intento golpista.

As massas e o golpe

Como se desenvolveu o movimento popular no Chile após o Pinochetazo?

Pouco depois do golpe, há uma resposta quase espontânea das massas, pois estas encontravam-se sem direção e a nossa força política era muito pequena. Apesar da profundidade do golpe, a verdade é que o movimento de massas chileno nunca foi totalmente sufocado, conservando sempre um certo grau de iniciativa e organização. Após o golpe, as primeiras manifestações de massa no Chile se vincularam ao protesto pelo fuzilamento e assassinato de presos políticos, uma manifestação política típica de um período de contra-revolução. Mas, o importante é que a partir daí inicia-se um processo de reconstrução do movimento sindical, estudantil e camponês tanto no plano legal quanto ao plano clandestino. Começam a haver pequenas assembleias de fábrica, pequenas sementes de organizações estudantis, até chegar-se ao momento atual, no qual tanto o movimento sindical conquistou mais espaço, como se expandiram as formas clandestinas de organização. Durante todo este período o problema mais agudo que tivemos que



Uma mobilização do MIR

enfrentar foi o das divergências acerca da tática de como enfrentar a ditadura militar.

Você pode traçar para a gente um quadro atual da esquerda chilena?

Após o golpe, surgem duas linhas básicas na esquerda. Uma, fundamentalmente do Partido Comunista e demais partidos da Unidade Popular, caracteriza a ditadura militar como fascista, considera muito restrita a sua base de sustentação, reduzida ao capital financeiro, aos círculos mais reacionários do capital oligopólico nacional e internacional. Colocam então uma estratégia de aliança com setores da grande burguesia chilena. Isto fez com que a Unidade Popular, durante estes seis anos carecesse de iniciativa própria na luta contra Pinochet. Hoje, ela procura de fato derrubar Pinochet e colocar em seu lugar um governo formado por forças burguesas menos repressivas. Mas a UP é agora uma frente em crise. Cada partido faz o que acha melhor. Há uma pressão muito grande da Democracia Cristã e outras agremiações burguesas para que esta desagregação se acelere, tentando levar alguns setores de esquerda para posições social-democratas. E neste processo todo, acreditamos ser bastante difícil a situação da esquerda e julgamos imprescindível forjar uma fórmula que permita à esquerda chilena em seu conjunto unificar-se em torno a uma plataforma mínima de luta para a condução do movimento popular.

E o Movimento de Ação Popular Unificada?

O MAPU chileno sofreu um processo de crise interna bastante agudo, teve várias cisões e até o ano de 77, não participava da Unidade Popular. Mas, a partir de 78, prevaleceu uma política mais direitista, de volta à UP, em detrimento de alianças mais à esquerda com o MIR, por exemplo. Apesar das relações cordiais que temos, o MAPU hoje alinha-se àquelas forças que não consideram essencial a luta armada para a derrubada da ditadura de Pinochet. Esta, é aliás, a principal divergência que temos não só com eles, mas com a maior parte da esquerda chilena, que são contrárias ao desenvolvimento da propaganda armada e ao desenvolvimento da luta armada no Chile.

A unidade da esquerda

Mas você falava da unidade da esquerda. E qual a plataforma de unidade possível?

Acreditamos que a unidade deve ser determinada pela necessidade da derrubada revolucionária da ditadura, para substituí-la por um governo democrático e popular que agrupe todas as forças que lutem consequentemente contra a ditadura. Este é na verdade um ponto de divergência entre

nós e a UP. Não concordamos em fazer uma frente orgânica com a Democracia Cristã mas apenas algumas lutas comuns com ela. Tais lutas comuns permitiriam por exemplo, conquistar as bases populares e da pequena burguesia democrata cristãs que apresentam uma forte disposição unitária. Neste sentido o processo da Nicarágua é exemplar: o grau de contradição entre setores da burguesia nicaraguense e o somozismo, é muito maior do que o existente entre a Democracia Cristã, Frei e a ditadura militar chilena. A política desenvolvida pela Frente Sandinista, sobretudo depois de setembro de 78 permitiu que, lado a lado com a oposição democrática popular por ela capitaneada, se desenvolvesse um enfrentamento entre tais setores da burguesia e a ditadura. Mas, definitivamente, a Frente Sandinista teve a capacidade de manter a independência da luta operária e popular contra o somozismo, e a partir da insurreição ganhar a hegemonia no processo. E isto vai se refletir depois na formação do Movimento Povo Unido, que incluirá as forças burguesas mais consequentes.

Já no caso chileno, a política de aliança com a DC deixa nas mãos desta a condução e as iniciativas da luta, o que tem consequências nas formas de organizações e de luta, uma vez que se tem de dar garantias a ela, impedindo a organização autônoma e o enfrentamento militar, dado que a burguesia só admite a luta militar dentro das forças armadas, de convencimento do exército contra a ditadura. Outro grande ponto que achamos necessário a uma luta unitária contra a ditadura é o impulso às formas de luta independentes da classe operária e do campesinato, e a necessidade de que o movimento não só encaminhe uma linha de massas correta, mas que também desenvolva uma política de acumulação de forças militares, baseada no relançamento das conspirações no interior das forças-armadas, entre os soldados, e alguns setores ainda pequenos do oficialato, que começam a se cansar da ditadura.

As formas de luta

Mas, em que momento da realidade chilena se coloca a luta armada: desde agora, ou mais tarde?

Eu creio que já desde o golpe está colocada a possibilidade de luta armada. Nos períodos de refluxo, a luta armada tende a assumir um papel importante. A derrubada da ditadura só pode se dar quando a luta aberta das massas se combinar com a formação de seu polo armado. Neste momento as condições para esse trabalho estão dadas, já podemos ver as formas embrionárias de organização popular nas associações de auto defesa que estão aparecendo nos bairros de Santiago e de Concepción, na luta contra a ingerência da polícia, contra o desalojamento nas poblaciones e na luta

dos Mapuche contra a política agrária de monopolização de terras empreendida pela ditadura. Em todas as manifestações de rua que ocorreram ultimamente, principalmente no 1º de Maio, a população organizou pequenos destacamentos de autodefesa, para proteger o desfile. Por outro lado, ao nível das vanguardas nós preconizamos ações armadas de propaganda, através de destacamentos de auto defesa dos partidos, por exemplo através do assalto a caminhões de comida e a distribuição de seu conteúdo nas poblaciones, a tomada de rádios para transmitir a nossa propaganda, ações nas portas de fábrica ou nos ônibus de operários.

A experiência da esquerda latino americana mostra-nos diversos intentos fracassados do tipo que você preconiza, nos quais a esquerda acaba se isolando, chegando ao aniquilamento físico. Você não acha que essa política pode levar a uma trágica repetição, sem um sólido apoio de massas?

Nós achamos que existiram ações armadas em que a esquerda foi derrotada, mas também tivemos experiências exitosas. E não podemos esquecer que as duas únicas vezes em que a luta popular democrática na AL foi vitoriosa — na Nicarágua e em Cuba, a estratégia adotada foi a de luta armada. Assim, acreditamos que ao lado dos revezes sofridos, devemos também estudar o que aconteceu em Cuba e principalmente no caso exemplar da Nicarágua. Nós do MIR chileno estamos convencidos dessa estratégia. Ao contrário do que se poderia pensar, com a ação armada que começamos a desenvolver nos últimos dezoito meses, a nossa organização é a que vem sofrendo menos baixas. A repressão chegou a um ponto máximo, não pode ir mais longe do que já está. Assim, se nós tivéssemos adotado essa política há mais tempo perderíamos menos quadros. Com a política de propaganda militar nós conseguimos a reorganização de nosso partido a nível nacional e conquistamos um espaço político maior. Nosso principal problema no momento atual é passar a formas superiores de mobilização do movimento de massas e conseguir fazer da ação armada o canal por onde passe o protesto popular.

A conjuntura favorável

Como o MIR acha que vai se desenvolver o processo político daqui para frente em termos organizativos?

Nós achamos que o movimento revolucionário em todo o cone sul foi profundamente derrotado ao longo desta década, não só militarmente mas também ideologicamente. Todos pensavam que a luta pela democracia e pelo socialismo estavam muito distantes, ninguém imaginava que a Nicarágua fosse possível. Hoje a correlação de forças tanto a nível mundial quanto a nível de América Latina é bastante favorável, com o desenvolvimento de diversos movimentos de liberação e com o fortalecimento do campo socialista. Assim a conquista do poder pela classe operária é hoje muito mais possível do que há alguns anos atrás. Nós acreditamos que nunca se acumularam tantas contradições nos países do cone sul como hoje, a ponto de todos verem a possibilidade de uma aliança entre a classe operária e o campesinato e a pequena burguesia para constituir um bloco social para a construção de uma alternativa socialista.

No caso particular do Chile o capitalismo acumula uma série de pontos débéis que, como até a ditadura reconhece, vão desembocar numa séria crise no ano próximo. A retomada do movimento de massas em nosso país é bastante ampla nesse momento e tem tendência a se ampliar ainda mais no futuro. Acreditamos que a História da América Latina se acelerará bastante daqui para frente, articulando a luta pela democracia com a luta pelo socialismo. Por sua vez, a esquerda revolucionária latino-americana vem se desenvolvendo cada vez mais, num profundo processo de dessectarização, abrindo-se para frentes, para alianças que concretizem a unidade das forças populares, entender do seu caráter fundamental a partir das experiências cubana e nicaraguense.

Leia a experiência dos cordões industriais na pág. 16

A herança de Poulantzas

... "Não pretendo falar em nome de um marxismo autêntico ... assumo a responsabilidade do que escrevo e falo em meu nome." (Nicos Poulantzas: *L'Etat, le pouvoir et le socialisme*, PUF, 1968).

Nicos Poulantzas, nascido em Atenas em 1936, vivendo em Paris desde 1960, autor de vários livros de análise do Estado, professor em Paris VIII (Vincennes) e na École de Hautes Etudes, suicidou-se.

Toda a morte é uma violência que ultrapassa nossa racionalidade, mesmo quando é escolhida num ato de liberdade. Assim é a morte de Poulantzas.

Desde 1968, quando publicou *Poder Político e Classes Sociais* no Estado Capitalista, sua obra passou a ser referência obrigatória em todos os estudos sobre o Estado capitalista e a esfera do político.

Seus últimos escritos, enfatizando a natureza do Estado como resultado de uma correlação de forças sociais serviram de suporte teórico para as posições eurocomunistas. Crítico quanto as possibilidades de uma revolução segundo os modelos clássicos, Poulantzas revalorizava o papel do Parlamento e das instituições burguesas como espaço da luta de classes, sem que isso fizesse dele um apologista do liberalismo. Entre os "auspícios e a férula da democracia liberal avançada" e o espectro de um socialismo não democrático, Poulantzas buscou em vão a fórmula do equilíbrio que permitisse "avançar tranquilamente e firmemente ao socialismo democrático". Terá talvez perdido a esperança equilibrista.

(Beth Lobo)

EUA: O papa é um sucesso

O turismo pontifício está alegrando cada vez mais os setores conservadores do mundo ocidental. Depois do México, Polônia e Irlanda, João Paulo II fez uma romaria de 6 dias pelos EUA onde foi recebido de forma típica, com faixas que o saudavam como o John Travolta da religião.

De Nova York a Washington milhares de pessoas se reuniram nos mais diferentes lugares, das praças públicas aos estágios esportivos para ouvir os comícios do papa pela paz mundial, uma praxe do sumo-pontífice.

Sobre o racismo, a injustiça social e outros demônios americanos, João Paulo II apenas lamentou que os deserdados da sorte continuem a viver sem esperanças, o que arrancou calorosos aplausos da multidão. Antes na Irlanda ele pedira de joelhos ao IRA que abandonasse a violência mas não exigiu à 1ª Ministra conservadora, Margaret Thatcher que retirasse os 13 mil soldados britânicos daquele país.

Nos EUA João Paulo assistiu impassível a manifestação de freiras feministas ávidas pela ordenação e de padres descontentes com o celibato. Mas deixou claro que não moverá um pilar da vetusta instituição eclesial para atender às reivindicações dos católicos progressistas. Enfim, um perfeito conservador, o que levou a grande imprensa americana a qualificar sua viagem aos EUA como "um sucesso absoluto".

(Vilma Amaral)



Em Boston, com os agentes de segurança.

Irã: A dominação burocrática

A rebelião curda serviu de pretexto para o fechamento de jornais, a prisão de milhares de militantes de esquerda e o restabelecimento da censura. Agora, Khomeini invocando sua condição de chefe das Forças Armadas, vem ampliar em dois meses o prazo de serviço militar dos jovens que deverão defrontar-se com as guerrilhas curdas.

É sintomático que o carisma — um tipo de liderança difusa — já não sirva a Khomeini, e que este deva referir-se ao poder exatamente oposto, o controle da burocracia militar. Ou seja, a unidade em torno da figura carismática de Khomeini (e, em certa medida, em torno do aparelho religioso xiita) se desfez e cada setor social apresenta agora reivindicações que vão muito além da imprecisão do discurso islâmico. Certamente, este discurso serviu de capa a normalização capitalista em curso, mas a maioria dos militantes dos comitês Khomeini não tinha nada a ganhar neste processo e é possível que tendam a se ver cada vez mais como operários, desempregados, camponeses pobres e médios. Assim, mais do que nunca a esquerda iraniana precisa de um programa unificador das várias camadas sociais — algo que Khomeini parece estar conseguindo no polo repressivo pela descoberta das virtudes da dominação burocrática.

(C. E. Matos)

China: Rumo ao Leste-europeu?

Enquanto a atual direção do PC chinês amplia as críticas a Mao Tse Tung afirmando com todas as letras que a Revolução Cultural foi um período de anarquia próxima à da Guerra Civil e a grande responsável por todas as dificuldades que o país vem atravessando, turistas americanos recém chegado do Noroeste da China assinalam cenas frequentes de fome e mendicância, inadmissíveis até então. As modificações econômicas na China estão apontando para reformas descentralizadoras e para as empresas estatais o estabelecimento de critérios de rentabilidade monetária — justamente o que os maoístas condenavam na URSS afirmando o caráter capitalista do leste europeu.

(R. Grum)



Metalúrgicos Rio: O sindicato e a greve

Companheiros,

A matéria sobre a greve dos metalúrgicos do Rio publicada no nº 83 traz incorreções de vulto que não podem passar sem retificação:

1º) As divergências sobre o PT não causaram posições diferentes sobre a greve. O raciocínio de quem escreveu o artigo é simplista, superficial e mecânico. A greve foi decidida pelo conjunto da categoria. A posição das lideranças foi unânime no dia 11/9 em defesa da greve. No dia 16/9, domingo, houve divergências entre as lideranças sobre a continuidade ou não do movimento, tendo a assembleia decidido pela sua continuidade. Na 2ª feira não houve oradores favoráveis à continuação da greve e mais uma vez a unidade foi decisiva para manter as conquistas e impedir a intervenção ministerial.

Inferir, sem maiores fundamentos, a idéia das "duas vertentes no sindicalismo carioca" é, mais uma vez, simplismo.

2º) A posição do companheiro Oswaldo Pimentel, presidente do Sindicato, não pode ser acusada de manobreira. Manteve e assumiu as decisões das assembleias. A diretoria em seu conjunto é reconhecidamente débil e alguns de seus integrantes não assumiram a greve.

É levandade dizer que a diretoria "já trau por seis vezes a categoria" sem dizer de forma clara que ocasiões foram essas.

3º) Diferentemente de São Paulo, aqui no Rio não existe uma oposição sindical metalúrgica. No decorrer da campanha surgiram alguns panfletos assinados por um "grupo de articula-

ção de oposição sindical" sem que um só orador, em todas as assembleias, tenha assumido suas posições. Diferente mente de São Paulo, no Rio, apesar de todas as limitações da diretoria, existem condições de trabalho e de atividade na vida sindical que não exigem, pelo menos por enquanto, a formação de uma oposição.

4º) O movimento foi suspenso na 2ª feira devido a um conjunto de fatores: a debilidade das organizações de base, comissões de área e de fábricas, nossa inexperiências, falta de estrutura, a debilidade da diretoria e a posição dos setores conciliadores e reformistas dentro do movimento sindical que tudo fizeram para sabotar a greve. Em Caxias, na 2ª feira foi desmobilizado todo o esquema de piquetes para furar a greve.

O artigo coloca todas as falhas em cima da diretoria sem colocar uma visão de conjunto e aprofundar a questão do boicote dos setores reformistas este sim um fato importantíssimo para servir de alerta para futuras movimentações.

Grupo de metalúrgicos do Rio

Sobre a democracia no ME

Caro Flávio Andrade,

Há alguns meses você tentou, na matéria "Um balanço do Congresso" (Em Tempo nº 67), fazer uma avaliação do XXXI Congresso da UNE, realizado na Bahia. E você, na citada matéria, tudo fez para mostrar os resultados do Congresso como uma vitória única e exclusiva de uma suposta e pretensa "corrente socialista", que veio posteriormente a formar a chapa "Novação", terceira colocada nas recentes eleições da UNE.

Para provar a vitória da dita

"corrente socialista" você não hesitou inclusive em se omitir completamente a respeito de uma das principais, senão a principal decisão do Congresso: as eleições diretas da primeira diretoria da UNE reconstruída. Isto porque a tal "corrente socialista" defendeu que a diretoria fosse eleita num outro Congresso, enquanto a proposta vitoriosa de eleições diretas era defendida pelos grupos hoje vitoriosos através da chapa "Mutirão".

Eis que, não sem surpresa, vejo no último número de "Em Tempo" uma matéria sua, onde você tentou questionar o acerto que foi a realização das eleições diretas. E, infelizmente, você usa para isso o mesmo argumento do regime: a baixa participação (?). Que baixa participação se numa eleição livre, onde a participação foi voluntária, votaram quase 350 mil estudantes?

Na preparação do Congresso de Salvador participaram cerca de 70 mil estudantes. Se esse número foi cinco vezes maior hoje, não há como negar o significado que tiveram as eleições diretas e muito menos tentar minimizar a vitória contra a ditadura que elas representaram. Vitória dos estudantes e de todo o movimento popular.

Se a eleição em congresso possibilitaria maior profundidade nas discussões as eleições diretas garantiram a mais ampla participação dos estudantes. As mais de mil faculdades que dela participaram estão aí para comprovar.

Sérgio Alli

Companheiro Alli, Deixando de lado o fundo de nossas divergências sobre o movimento estudantil - que é a única razão que encontro para sua carta - cabe no entanto registrar aqui neste curto espaço: 1) Não afirmo que o congresso de Salvador foi vitória "única e exclusiva" da corrente socialista; 2) Julgo que a forma congresso é a mais democrática por reunir todas as vantagens do sufrágio universal e muitas outras mais elevando a democracia para além da concepção liberal burguesa; 3) Apesar da derrota da ditadura agora com estas eleições, as próprias lideranças do ME estão já tendentes a avançar nesta questão para os próximos anos.

Flávio Andrade

SIMPÓSIO SOBRE A FÁBRICA NO BRASIL

Todas as 2.ª feiras do mês de outubro às 20 horas

Próximo debate: FÁBRICA E VIDA OPERÁRIA dia 15/10

Local: Rua da Matriz, 82 - Botafogo RJ Tel. 286-0966

Promoção do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

Ciclo de cinema

Sindicato dos Bancários de São Paulo

Próxima Apresentação: "Paísá", de Roberto Rossellini, 1946

Dias 13 e 14/10 (sábado e domingo) às 18 horas

Local: Rua Florêncio de Abreu, 270 - Centro - SP (Sede dos Metroviários) Ingresso: Cr\$ 20,00

Leia e assinne

COMPANHEIRO

Uma imprensa que luta contra a ditadura e a exploração

Cheque nominal para Editora Avante Ltda. Rua Itapeva, 28 - Bela Vista. CEP 01332 - São Paulo

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cep: _____

Profissão: _____

Semestral Cr\$ 120,00

Anual Cr\$ 240,00

Anual para o exterior \$ 70

Estado _____

Cidade: _____

EM TEMPO

Rua Matheus Grou, 57 - Pinheiros - São Paulo - CEP 05415 - Telefones: 280-4759/853-6680
CONSELHOS EDITORIAL E ADMINISTRATIVO:
Eder Sader (presidente) Aluisio Marques, Antonio Helder, Antonio Jorge, Carlos Tibúrcio, Flávio Aguiar, Flávio Andrade F. Pereira, João Batista dos Mares Guia, José Luiz Nadai, Marcelo Beraba, Marco Aurélio Garcia, Paulo Cavalcanti, Raul Pont, Robinson Ayres, Sérgio Alli, Tom Duarte (Suplentes: Luci Avalla, Marisa Araújo, Roberto Rodrigues, Sandra Starling, Valmir Menezes).
DIRETORIA:
Flávio Andrade (presidente), Carlos Tibúrcio, José Luiz Nadai, Marco Aurélio Garcia, Robinson Ayres.

EDITOR CHEFE:
Carlos Tibúrcio.
SECRETARIO DE REDAÇÃO:
Robinson Ayres.
DIRETOR RESPONSÁVEL:
Robinson Ayres.
REDAÇÃO: F. Pereira, Antonina, Silveira, Flávio Andrade, Sérgio Alli, Elvira Oliveira, Maria Cândida, Relton Fracalossi, Eder Sader, Marco Aurélio Garcia, Tom Duarte, Guido Mantega, Vilma Amaral, João Machado, Olga Maria, Elisabeth Lobo, Roberto Grum, Virginia Pinheiro, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Veiga, Flávio Aguiar.
ARTE, DIAGRAMAÇÃO E SECRETARIA GRÁFICA: Paulo Roberto M. Borges, Sérgio Papi.
Ilustração: Sian, Martinez,

Cadinho, Claudio Natal, Beto Maringoni, Nilson e G.M.D., Fotos: Jesus Carlos, Immo Brauns Filho.
SUCURSAIS: Belo Horizonte: (R. Bernardino Guimarães, 1884 - Tel:335-7773) Alberto Duarte, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lélis Santos, Mauricio Godinho, Paula Regis, Paulo Vilara, Ricardo Rabelo, Sérgio Asaphan, Juarez Guimarães, Sandra Starling, João Batista, Marisa Araújo, Amarildo Porto Alegre: (Av. Osvaldo Aranha, 1407 - Loja 20) Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schmer, Sosa, Adão Capa, Claudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luiz Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont. Rio de Janeiro: (Praia de Botafogo, 316,

Sala 209) Beatriz Lerner, Paulo Cavalcanti, Roberto Rodrigues, Marcos Gomes, Valmir Menezes, Joaquim Soriano, Eliane, José Coutinho, Lavina, Marcelo Beraba. Salvador: (Av. Joana Angélica, nº 8 - 1º andar - Sala 14) Adelson Oliveira, João Henrique, Antonio Jorge, Antonio Dias, Antonio Helder, Emiliano José, Dalton Godinho, Lina Maria.
EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardino Guimarães, 1884 - Lourdes, Belo Horizonte - Telefone: 35-7773. Distribuidoras: Superbancas Ltda, R. Ubaldino do Amaral, 42 - RJ. Composição e Impressão: Empresa Jornalística AFA Ltda - Av. Liberdade, 704 - São Paulo - SP - Fone: 278-9010

chile

Experiência de organização operária OS CORDÕES INDUSTRIAIS

Por Eder Sader

Não é demais insistir sobre as antigas tradições de luta e experiências de organização sindical e política do proletariado chileno. Foi a partir das minas de salitre do norte que se iniciou uma sólida resistência à exploração. Em 1907 o exército efetuou o já célebre massacre de mais de 3 mil operários em Iquique. Em 1909 os trabalhadores organizaram sua primeira central sindical. Um de seus fundadores, Luis Emilio Recabarren, será também fundador do Partido Operário Socialista em 1912 que, 10 anos depois, se transformará em Partido Comunista. Em 1933 funda-se um Partido Socialista com fortes bases proletárias. Diferentemente de outros países latino-americanos, essa organização sindical tem um crescimento continuado, as idéias socialistas se mantêm dominantes.

Mas esse proletariado formado numa experiência independente através de sindicatos classistas e partidos de esquerda, foi também formado por suas orientações economicistas e eleitoralistas. "Economicistas" na medida em que a prática sindical quase se resumia ao aproveitamento do poder de negociações dos operários das grandes unidades produtivas (principalmente das minas e das grandes empresas) para lutarem por elevações salariais. Em consequência, os trabalhadores das pequenas e médias empresas, sem falar do sub-proletariado, sem poder de negociação, viam suas condições de vida se deteriorarem progressivamente. "Eleitoralistas" na medida em que a prática política quase se limitava em votar nos candidatos dos partidos de esquerda esperando o dia em que eles chegassem ao poder.

De todos os modos, esse movimento popular massivo deixou suas marcas no próprio aparelho de Estado chileno. Já nas eleições presidenciais de 1938 foi vitoriosa uma Frente Popular formada pelos partidos Radical, Comunista e Socialista. Alargaram-se as conquistas democráticas mas o fundamental foram as políticas em favor da industrialização. No fim a exploração continuou. O último governo de Frente Popular, constituído em 1946, terminou desatando uma repressão anti-comunista, pondo termo à colaboração em torno da industrialização capitalista.

Um período pré-revolucionário

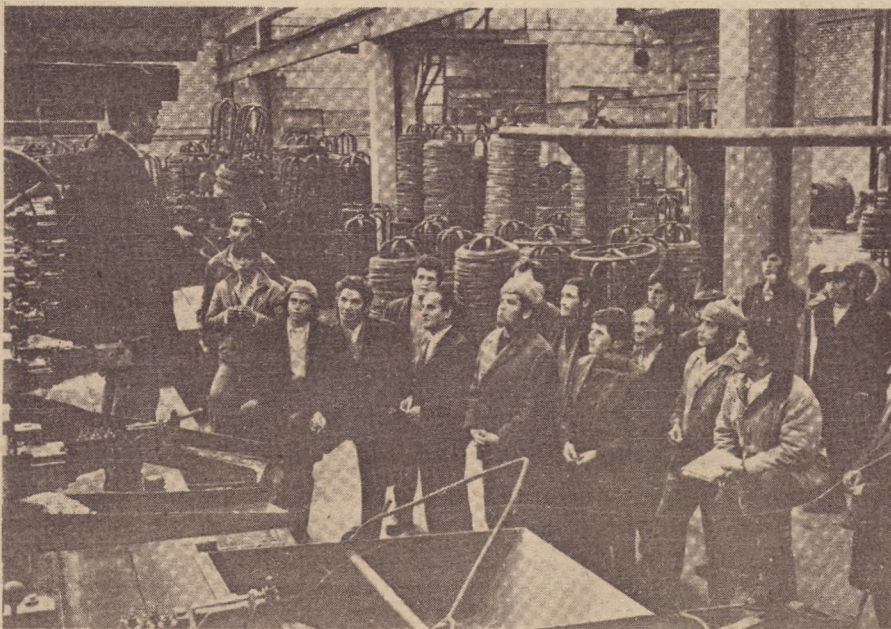
A vitória da Unidade Popular em 1970 já é fruto de um extraordinário ascenso do movimento de massas no país, progressivo desde o começo dos anos 60 e acelerado a partir de 67. De um lado o fortalecimento das organizações operárias, camponesas e populares. De outro, frente a essa onda ameaçadora, a divisão nas classes dominantes entre um setor — a DC, democracia cristã — que queria neutralizar a realização algumas reformas; e um outro (a direita tradicional) que queria enfrentá-la pela força. Já o governo de Eduardo Frei (DC) de 1964 a 1970 havia sido uma tentativa de conter a revolução através das reformas burguesas. Algumas concessões e muita demagogia e paternalismo. As concessões foram o bastante para irritar a velha oligarquia e o paternalismo não chegou a enganar o proletariado. Em 1970 ganha Salvador Allende, apoiado por uma coalizão popular que se propunha lutar pelo socialismo.

Essa vitória evidentemente colocou em pauta a questão do poder e da revolução proletária. A constituição do governo da UP acarretou de imediato uma melhoria nas condições de vida das massas, uma enorme ampliação das liberdades políticas e sindicais e, sobretudo, um grande sentimento de auto-confiança no povo.

Mas se a questão do poder estava colocada, ainda não resolvida. A UP pretendia chegar lá através de uma progressiva democratização do aparelho de Estado. Mas a direita ainda dominava o parlamento, o judiciário, sem falar das forças armadas. Além disso, o poder econômico continuava nas mãos dos capitalistas. A contradição teria que ser resolvida no terreno das lutas de classe.

A questão do poder permaneceu encoberta por algum tempo. As massas esperavam que o caminho lhes fosse aberto "por cima", pelo companheiro presidente". Mas "por cima" o projeto de ocupação gradual do aparelho de Estado esbarrava com a feroz resistência dos políticos burgueses e da própria burocracia estatal reacionária. E até mesmo os projetos de ampliação da participação popular nos órgãos de decisão das empresas e em organismos estatais locais enfrentou a inércia, resistência surda ou aberto

Neste outubro faz 7 anos uma das experiências mais avançadas de luta operária em nosso continente. Quando em outubro de 1972 a burguesia chilena promoveu uma paralisação do país para derrubar o governo de Allende, a classe operária respondeu com a construção generalizada de cordões industriais e comandos comunais que representaram efetivamente o embrião de um novo poder. Suas características, cheias de ensinamentos para o movimento operário latino-americano devem ser buscadas no conhecimento das tradições do movimento operário e popular chileno e também da conjuntura das lutas de classe naquele período aberto pelo governo da Unidade Popular.



boicote de uma burocracia ciosa de seus privilégios e açulada pelas classes dominantes. Só uma dedicada parcela de funcionários que eram também militantes de esquerda se esforçavam para mudar a situação.

Mas a situação mudou de modo imprevisto. Foi em junho de 1972, quando começava a ficar evidente para setores significativos da classe os limites da "via parlamentar". A política redistributivista do governo se esgotava — ante a sabotagem descarada da burguesia que não reinvestia seus lucros e se lançava ao mercado negro. Enquanto isso, no parlamento e no judiciário, a direita impedia medidas legais para as nacionalizações. Para alguns setores da classe surgiu a consciência de que eles é que deveriam tomar a iniciativa. As proposições do MIR e de uma esquerda do Partido Socialista no sentido da formação de Conselhos de Trabalhadores encontraram finalmente uma conjuntura favorável.

Operários e moradores

Os operários de 3 indústrias no "cordão cerrilhos" ("cordão" designava uma área urbana estruturada em torno de uma grande via de comunicação, sendo Cerrillos uma das mais importantes concentrações industriais), que lutavam para que elas fossem nacionalizadas começaram a enfrentar as vacilações do governo. Constituíram um "Comando Coordenador de Lutas" de Cerrillos a partir de direções sindicais (no Chile os sindicatos se formam por cada empresa), delegados enviados pelas bases, juntas de moradores, outros comitês de bairros, etc. No dia seguinte eles ocuparam as ruas de acesso à região. O governo cedeu e efetou as nacionalizações. Um grande entusiasmo tomou conta dos trabalhadores da comuna. Enquanto "em cima", deputados da DC bloqueavam as reformas da UP, nas bases trabalhadores democratas-cristãos começavam a participar das formas diretas de decisão nas empresas e nos bairros.

Essas nacionalizações, obtidas pelas pressão direta das massas, dão lugar a novas formas de direção nas empresas, com controle operário sobre a produção e a distribuição. Ao lado dos sindicatos surgem organismos de controle ope-

rário e amplia-se a democratização na produção.

Um caso extraordinário foi o da Perlak, uma das 3 indústrias que lutavam pela nacionalização, empresa de alimentos em conserva. Seus trabalhadores constituíram depois um modelo de democracia interna e, após exercerem o controle e a direção operária local, passaram a orientar a produção em função das necessidades de consumo popular, alterando a linha de produtos e efetuando a distribuição diretamente para organizações comunitárias. Seu dirigente, Santos Romeo, trabalhador mirista, morreu fuzilado nos dias que seguiram o golpe de setembro de 73.

O êxito do cordão Cerrillos e dos outros que se formaram em seguida no ano de 72 e primeiro semestre de 73 esteve ligado à articulação entre as organizações dos trabalhadores nas empresas e as organizações de bairro.

Desde os anos 60 já vinham se multiplicando formas de organização e mobilização dos moradores dos bairros populares, principalmente em torno da reivindicação de habitação. Esse fenômeno foi importante por forjar nos bairros uma unidade entre a classe operária mais organizada, que já tinha experiência sindical, e as frações operárias menos organizadas, menos qualificadas, mais instáveis no emprego, e também o subproletariado e vastas camadas da população pobre.

A Democracia Cristã tinha pretendido organizá-los de forma assistencialista para fazer contra-peso à esquerda dominante nos sindicatos. Mas também a esquerda se fez presente nesse nível. A extensão de movimentos de moradores sem casa, ocupando coletivamente terrenos urbanos e organizando-se para defendê-los, foi um elemento decisivo nesse processo. A presença então de comitês de moradores, de organizações autônomas da população pobre, de comitês de mulheres, de juntas de abastecimento, de "brigadas de alfabetização", de "clínicas populares", etc. é que vai permitir uma ação ao nível de cada comuna.

Mais tarde os cordões industriais se cristalizaram como os comitês de coordenação de lutas no nível da produção (distinguindo-se dos sindicatos por assumirem já a questão do poder na base), enquanto os "comandos comunais" se estruturaram como forma de coordenarem esses organismos da produção com outros organismos de moradores em cada comuna, forjando então uma sólida unidade popular pela base.

Em outubro desse mesmo ano a direita organiza uma "paralisação geral do país". Aproveitava-se da crise que ela mesma havia criado ao sabotar a produção e da vacilação do governo para enfrentá-la. O governo havia resolvido elevar os preços, conter os salários e as nacionalizações para com isso tranquilizar os proprietários e estimular as inversões privadas. Acontece que a direita aproveitou para denunciar cinicamente a inflação e o "descalabro do socialismo".

«É um governo de merda mas é meu»

No entanto, a reação popular não foi à que a direita esperava. Dizia um cartaz de concentração de massa nesse momento: "é um governo de merda mas é meu governo". Quando os patrões pararam seus negócios, os trabalhadores ocuparam centenas de novas indústrias, centenas de empresas, tomaram o controle dos transportes e abastecimento. No lugar de uma rede urbana capitalista que parava para derrubar um governo popular, perfilava-se uma nova trama de relações, de fraternidade entre os explorados. Naqueles dias de outubro, comitês de vigilância, grupos que tomavam caminhões e enfrentam a direita para efetuar a distribuição direta nos bairros pobres, anunciavam um socialismo que queria nascer. Cordões e Comandos se multiplicaram pelo país.

Essa extraordinária mobilização popular impediu o golpe da direita em outubro e mostrou a possibilidade de uma via alternativa de organização social. Mas os setores dominantes no governo da UP, para tentar evitar um enfrentamento, preferiram outro caminho: chegar a novo acordo com a DC, os patrões e os setores reacionários no aparelho de Estado. No momento de estimular aqueles órgãos embrionários de poder popular, o governo fez o contrário. E permitiu até que oficiais contra-revolucionários, em nome de uma "legalidade" que eles rasgariam em seguida, fossem efetuadas batidas nas empresas nacionalizadas para apreender armas e materiais subversivos.

Em setembro de 73 esses oficiais terão a vantagem de terem podido antes desarmar os principais focos de mobilização autônoma. Ainda assim, gastaram muita munição antes de entrar nas áreas dos cordões, onde começaram os fuzilamentos que se prolongariam por vários meses. Num outro canto da cidade, também Allende e seus companheiros caíam igualmente pelas mãos dos oficiais que tinham lhe jurado lealdade.

Uma grande quantidade dos mortos em setembro de 73 e nos meses que seguiram foram aqueles homens e mulheres que haviam dado vida à extraordinária experiência dos cordões. A preservação do Chile capitalista tinha que passar por cima de seus cadáveres. Mas até hoje na memória dos trabalhadores desse país aqueles feitos estimulam uma resistência que haverá de varrer os pinochets, como fez com outros somozas da nossa história. E aquela experiência de controle da produção, de fraternidade entre trabalhadores da construção e moradores sem casa, fará certamente retomarem o caminho de uma sociedade sem exploração.

Leia na pág. 14
Entrevista com o 2º secretário do MIR chileno
Nelson Gutierrez